



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 367 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

"Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** Apreciação e votação da Ata n.º 364, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----

----- **Ponto dois:** Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. - Período da Ordem do Dia. -----

----- **Ponto um:** Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---

----- **Ponto dois:** Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de 2023, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto três:** Apresentação, discussão e votação da proposta do Presidente da Assembleia Municipal, de retificação da deliberação tomada na sessão ordinária realizada no passado dia 29 de setembro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 1 e no n.º 4 do art.º 3.º do RAMA". -----

Período de Intervenção do Público: -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Bárbara Dias Martins – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
----- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
----- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
----- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
----- • Henrique Manuel Lameirinhos de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD.

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:

- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves- GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
----- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.

----- Não compareceu à sessão o Senhor Deputado Municipal Mário Augusto Carreira Héleno do GM do PPD/PSD;

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos:

- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
----- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito boa tarde, sejam bem-vindos a esta última sessão ordinária de dois mil e vinte e dois. Espero também que tenham passado um Natal feliz. Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara, bem como o Executivo Municipal, o plenário da Assembleia Municipal, o público presente, a comunicação social representada, bem como quem nos segue através das redes sociais.

----- A Mesa da Assembleia Municipal recebeu os seguintes pedidos de substituição: António



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rafael Timóteo por Manuel Marinha, que, por sua vez, se fez substituir por Elisabete Garrido e esta por Joaquim Almeida presente, Ana Paula Allen por Maria Alexandre Henriques, Graciete Crasto que se faz substituir por João Costeira, que, por sua vez, se faz substituir por Bárbara Martins presente. -----

----- Verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados e o número de presenças no número de vinte e nove e constatada exige a existência de quórum, declaro aberta esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada que foi conforme estipula o artigo vigésimo sexto do regimento e cuja organização obedece ao preceituado nos artigos trinta e cinco a trinta e oito do RAMA. -----

----- A ordem de trabalhos foi aprovada pela Mesa da Assembleia, depois de ouvida a Comissão Permanente da Assembleia Municipal. São catorze horas e quarenta e nove minutos. Vamos então dar início aos nossos trabalhos no **Período de Antes da Ordem do Dia o ponto primeiro apreciação e votação da ata número três, seis, quatro, nos termos da alínea a) do número um do artigo trigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia.** -----

----- Não sei se há inscrições para fazer alguma consideração relativamente a esta ata número três, seis, quatro, não havendo, vou pôr, vou pôr à votação. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, quem se abstém primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quem vota contra primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, portanto, é um conjunto de vinte seis que é por unanimidade, dada a existência de três Deputados que não poderiam votar. Passamos agora ao **ponto dois das intervenções dos Senhores Deputados**, pelo que ponho à disposição quem se inscreve. -----

----- Dou então a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes elementos da Mesa, excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, excelentíssimos Senhores vereadores, excelentíssimos colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público presente, comunicação social e quem nos ouve online. -----

----- Têm sido recorrentes, nomeadamente, nas redes sociais afirmações no sentido da responsabilização do Executivo Municipal pela e inexistência de uma rotunda no Peneireiro, no cruzamento para Aguim, principalmente depois de ter ocorrido recentemente um acidente que vitimou uma Senhora de Aguim e aí residente e que seguramente, todos lamentamos expressando votos de pesar a toda a família e amigos. Uma vez que se trata de uma estrada Municipal, uma estrada nacional, em que a gestão é da exclusiva responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, Sociedade Anónima, cujo único acionista é o Estado português, estando sujeito à tutela do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças e sabendo que o Executivo tem tido contactos, barra, negociações com a Infraestruturas de Portugal, como aliás consta na página número oito do relatório do orçamento. Agradecia que a excelentíssima Senhora Presidente da Câmara nos desse o ponto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da situação relativamente a este assunto, realçando as efetivas responsabilidades da construção da rotunda. Ainda no âmbito da segurança rodoviária, também solicitava a excelentíssima Senhora Presidente informação sobre os projetos para correção do cruzamento e entroncamento da entrada Norte da cidade, na variante à estrada nacional duzentos e trinta e cinco, bem como da ampliação e reforço da rede de iluminação pública desde a estrada Nacional número um que é IC dois, até à nova em situação de Anadia, a Rua das Cargas, no sentido de contribuir para a melhoria da rede viária do nosso Concelho. Muito obrigado. Terminei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente quererá já responder a estas demandas ou se quererá deixar para o fim, para tecer os seus comentários? Faz favor, então. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, então para começar, também começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, caros colegas de Executivo, obviamente, e os Senhores membros da Assembleia Municipal, o público presente e além dos nossos colaboradores também e obviamente, todas as pessoas que nos seguem através das redes sociais, com votos de terem passado um feliz Natal também e preparados para nos despedirmos de dois mil e vinte e dois. -

----- Cá estamos nesta então última sessão da Assembleia que espero que seja efetivamente uma boa sessão. Respondendo à pergunta que colocou relativamente à rotunda, à construção da rotunda de Aguim. Ela faz parte do orçamento Municipal, está bem presente e bem-dotada no orçamento que está hoje proposto para aprovar, depois de muita insistência nossa, como sabem, isto já foi tratado também em reunião do Executivo, portanto, conseguimos um acordo de gestão com as Infraestruturas de Portugal. Porque efetivamente aquilo que nos fomos apercebendo é que as Infraestruturas de Portugal não tinham capacidade de efetivamente por a obra a concurso e, nesse sentido, nós disponibilizamo-nos para assumirmos, para sermos o promotor da obra, assinando um acordo de gestão, com financiamento das Infraestruturas de Portugal, com o projeto feito por eles, aprovado por eles, com exceção do projeto de eletricidade que teve que ser aprovado pela E-redes. Esse processo foi concluído no final de Outubro ou Novembro, se não me engano, de imediato foi colocada a concurso, neste momento, temos o concurso o procedimento finalizado, já que o relatório final, temos um concorrente que está melhor posicionado e a quem provavelmente será feita a dedicação. Agendado este assunto para a primeira reunião do mês de janeiro e entretanto, remetemos o relatório final, a proposta do empreiteiro, para conhecimento das Infraestruturas de Portugal, que é quem tem que validar a adjudicação e também articular a consignação da obra, porque tem que ser na presença das Infraestruturas de Portugal. Espero que este processo termine com o contrato já assinado durante o mês de janeiro e, portanto, haja condições para o mais tardar no princípio de fevereiro, termos o empreiteiro dar início à obra, com o consentimento das Infraestruturas de Portugal, que acompanharam sempre, serão entidade fiscalizadora também da obra. E, portanto, é este o ponto de situação relativamente à rotunda, à construção



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da rotunda de Aguim. Que, enfim, terá a sua execução durante o próximo ano com todas as regras e cumprindo o projeto que foi efetivamente apresentado. Na questão que colocou relativamente ao reforço de segurança na variante à dois, três, cinco e da iluminação, quero também dizer que nós próprios e aproveitando o processo de transferência de competências, nomeadamente, das vias municipais, solicitamos às Infraestruturas de Portugal a desclassificação deste troço de estrada, uma vez que nós já temos uma parte da estrada, nomeadamente, de Monsarros até ao limite do Concelho com a Mealhada, já é do Município, um bocadinho ali da rotunda da Moita, já é do Município e os outros dois bocados são das Infraestruturas de Portugal e, portanto, pedimos a desclassificação na totalidade, o que, enfim, não teve deferimento e não terá, supostamente, nos próximos tempos, a não ser que mudem as regras, como outras propostas que fizemos, nomeadamente, na nacional para intervir e, portanto, aquilo que fizemos foi elaborar os projetos de rotundas que vão a parecer das Infraestruturas de Portugal, que voltam com recomendações e voltamos outra vez a ajudar o projeto e volta outra vez para as Infraestruturas de Portugal, também espero que este processo esteja quase concluído. O projeto elétrico também está por nós executado com os ajustamentos que tiverem que ser feitos, nomeadamente, por algumas indicações da parte das Infraestruturas de Portugal e, portanto, com a aprovação da E-redes, e pronto, e a sua construção dependerá, neste momento, da autorização das Infraestruturas de Portugal e se não houver comparticipação apenas e exclusivamente do orçamento Municipal. Nesse sentido, estamos a trabalhar para que possamos concretizar estas intervenções, quer no cruzamento entre, portanto, Famalicão e o Pereiro, com a variante, quer na entrada da Rua das Cargas com o reforço da eliminação pública desde a nacional até, pelo menos, esta entrada da Rua das Cargas, portanto, e é isso que se me oferece dizer, neste momento, relativamente a estas duas questões que foram aqui apresentadas. E terminei Senhor Presidente, acho que esclareci. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, cumprimento sua excelência, Senhora Presidente e restantes presentes na sala, bem quem nos acompanha a transmissão. -----

----- Senhora Presidente eu começava por lhe fazer uma recomendação que diz respeito à aquisição de serviços de transportes contínuos para crianças de alunos com necessidades educativas especiais, atendendo à data em que saiu a referida publicação, julgo que será um bocadinho tardia, tendo em conta que o ano letivo até começa em setembro e este contrato tem data de, se não me engano, finais de outubro. Depois começava por lhe questionar e tendo em conta que nos últimos tempos tem sido observado pela Senhora, pela Senhora Presidente, que as verbas afetas ao processo de transferências de competências ficam no fundo, aquém do que é previsto despeser e, neste momento, até admitido que os fundos de descentralização propostos em sede de Orçamento de Estado para o próximo ano, não cobrem a totalidade dos encargos nas diferentes áreas. Assim, atendendo que foi criada uma equipa de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhamento ao processo de implementação destas competências, eu perguntava-lhe seja é possível apurar ou dar indicação, no preciso momento, que valor é que estamos aqui a falar, no fundo, esta décalage entre aquilo que é transferido e aquilo que efetivamente é despendido pelo Município? Relativamente a um contrato que foi celebrado para aquisição de serviços de acompanhamento arqueológico, da empreitada de requalificação ambiental e paisagística do Monte Crasto. Nós sabemos que já antes tinha sido feito um contrato para aquisição de serviços de Arqueologia, mas, neste caso, era para a realização das sondagens, uma vez que este contrato tem a data de vinte e oito do doze, no fundo, o que lhe perguntaria é se havia disponibilidade de nos dar mais informações sobre o objetivo concreto deste contrato. Obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer comentar esta recomendação?

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim posso responder. Relativamente aos transportes especiais nós fizemos a adjudicação quando foi possível fazê-lo, porque efetivamente nós tínhamos que ter conhecimento da listagem dos alunos que eram, que teriam de ser abrangidos pelos transportes especiais e, portanto, essa indicação teve que nos ser dada pelo Agrupamento de Escolas, depois ser validada pela DGESTE e, portanto, só depois de termos conhecimento dos alunos, dos locais, para conhecer também as rotas, é que podemos efetivamente contratar estes transportes especiais, depois de também ter consultado a praça de Anadia e, portanto, não havendo também pelos valores que estavam envolvidos e nós percebendo que, efetivamente, o valor iria duplicar ou quase triplicar, face àquilo que já tinha sido no ano anterior, portanto, aquilo que fizemos foi no primeiro mês, para resolver a situação, fizemos um ajuste direto e, paralelamente, fizemos uma contratação destes serviços para os restantes meses. Portanto, cumprindo obviamente a informação que nos tinha sido prestada, portanto, para o transporte dos respetivos alunos. Relativamente aos valores não lhe consigo, neste momento, responder só no final do ano e com e, se calhar, com a prestação de contas, mas aquilo que lhe posso dizer para já é que terminaremos o ano dois mil e vinte e dois e isso é seguro, com uma derrapagem, nomeadamente, no valor da adjudicação dos transportes especiais, porque como lhe disse quase triplicou, por exemplo, na questão das refeições, em que a DGESTE pagava a um euro e quarenta e seis e nós adjudicámos por dois euros e sessenta e dois mais IVA. O acordo que, entretanto, existiu entre a Associação Nacional de Municípios e o Estado, nomeadamente, portanto, a assinatura que foi feito do respetivo acordo, foi que aquilo que iria ser pago das refeições aos Municípios era dois euros e setenta e cinco, já com IVA incluído, portanto, teremos mesmo assim uma derrapagem desse valor de cerca de vinte céntimos por refeição. Mas, na verdade, o ano letivo começou em setembro e nós até dezembro, até esta data, não recebemos qualquer incremento desse valor, porque, provavelmente, não estava inscrito no Orçamento de Estado e, provavelmente, no próximo ano, com o novo Orçamento de Estado, será pago esse valor, mas, provavelmente, não terá efeitos retroativos, o que quer dizer que só nestes quatro meses temos aqui uma diferença substancial, portanto, isto para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que nós, uma vez mais, do concurso que fizemos estamos a pagar dois euros e sessenta e dois mais IVA, às IPSS com a contratualização que fizemos e com todo o serviço prestado estamos a pagar a três euros, porque fazem também, além do fornecimento, portanto, da refeição, também toda a prestação e o acompanhamento que é necessário. Portanto, e as AECS, por exemplo, que eram setenta e seis mil, sessenta e seis mil mais IVA e nós adjudicámos por cento e treze mil mais IVA, qualquer coisa assim à volta, mais de cem mil euros, mais IVA. E, portanto, tudo isto, os valores de referência eram setenta e seis mil e, portanto, o valor da adjudicação, embora no ano anterior já tinhos cerca de noventa mil nós adjudicámos por um bocadinho mais de cem mil euros mais IVA, portanto, estamos só nestas três rúbricas, já estamos a ultrapassar. Por outro lado, como sabem, as faturas energia aumentaram, o gás aumentou e apesar do Agrupamento ter mantido essas faturas e os contratos até ao final deste ano, nós é que transferimos o dinheiro para o Agrupamento e, portanto, eles pagarão essas faturas até ao final do mês de dezembro. Portanto, só depois de fechadas todas estas contas e verificar que até trinta e um de dezembro não recebemos qualquer outro acréscimo, é que saberemos efetivamente qual o défice que teremos, embora podem já começar a fazer também a ideia do que é que estamos aqui a falar. Relativamente ao contrato arqueológico do Monte Crasto. Aquilo que fizemos um primeiro mês, fizemos um ajuste direto para o acompanhamento. Fizemos um contrato para a pesquisa, para as pesquisas e, portanto, arqueológicas que tiveram que ser feitas sob orientação da Direção Regional de Cultura do Centro e, obviamente, a recomendação foi que a fiscalização continuasse também a manter-se para o serviço de Arqueologia, como nós não temos arqueólogo nos quadros da Câmara Municipal e também para que houvesse isenção também a todo esse processo, portanto, aquilo que fizemos foi contratação da prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização, no que respeita a parte arqueológica, portanto, e é isso que está a ser cumprido. --

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, Senhora Presidente e restantes vereadores, presentes e também que nos acompanham nas redes sociais. -----

----- Quero apresentar aqui dois ou três assuntos relativamente, portanto, ao Município e que são sempre delicados de se falar, porque mexe com as pessoas, mas também mexe com as instituições. Já há uns tempos tive uma abordagem relativamente a esta questão, nomeadamente no que respeita às entidades públicas que exercem as suas funções aqui no Município. Falamos da questão relativa às forças de segurança, à saúde, aos notários, às conservatórias, às Finanças, etcetera, etcetera, etcetera. Apraz-me porque depois aquela intervenção tive o cuidado de estudar e avaliar também a situação e, sem dúvida alguma, que parece que nós vamos ter que ter aqui algum cuidado todos na forma como atuamos e como



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desempenhamos as nossas funções. E uma delas tem a ver precisamente com as forças de segurança e relembrar que, na altura, eu lembro-me de ter dito que haviam cidadãos do Concelho de Anadia, que se sentiam mais perseguidos do que protegidos pelas forças de seguranças. Foram estas pelas palavras que eu e hoje eu vou repetir e vou reforçar esse conjunto de palavras, na medida em que, na realidade, de todas as funções na área da segurança, de Investigação criminal, da segurança rodoviária, da proteção e socorro, natureza, ambiente, de entre outras das nossas forças de segurança, a avaliação de desempenho dos membros dessas forças de segurança hoje passa pelas multas que eles passam, que eles emitem. E é constrangedor quando nós passamos para uma situação dessas, é constrangedor quando vemos no rosto dessas pessoas, a penalização de dizer eu tenho que lhe passar a multa. Quando a avaliação de desempenho dos nossos agentes passe por esta variável, é natural que o exercício das suas funções esteja limitada. A saturação e o medo por parte das pessoas, porque nas outras funções, normalmente, problemas, eu dou um exemplo concreto, porque eu vivo-o aqui há dias num estabelecimento comercial do Concelho, quando um cliente usufruiu dos serviços e no final com toda a frontalidade, disse proprietária chame a polícia porque eu não tenho dinheiro para pagar isto e logicamente que a proprietária entrou em contacto com as forças de segurança, em alta voz para toda a gente que estava presente ouvir e foi dito do lado de lá, de que não havia meios para exercer essa segurança e o que é certo é que nós saímos do local e deparamos dois quilómetros à frente, com uma operação stop com cinco viaturas e não sei quantos elementos. Portanto, há um desequilíbrio muito grande, neste tipo de abordagens e nós temos que ter muito cuidado com isto. Porque seguir e eu estou a intervir, porque a seguir grande parte destas pessoas, as multas hoje não são baratas e nunca foram, só sempre pagá-las e depois as pessoas, nomeadamente, os reformados que têm reformas muito baixas, acabam por ir pedir o apoio à Freguesia, porque, efetivamente, não têm dinheiro para pagar a conta da água ou a conta da eletricidade. Quando nós sabemos o preço que estes bens, portanto, foram sujeitos também a aumentos. É difícil nós depois aceitarmos esta dualidade e esta dificuldade em fazer isto. Portanto, não posso deixar de manifestar, portanto, o meu apoio perante os ativos, porque, efetivamente, se a avaliação de desempenho passa pelas multas, eles têm que exercer as suas atividades, mas também vejo o lado humano da sociedade, que está do lado de cá e com rendimentos parcos nesse sentido. Mas podia dar aqui outros exemplos, multas que se passam pelos estofos que estão rotos. Passa-se isto, em pessoas, cidadãos, e nós ficamos, que ser é para as instituições saberem que nós temos conhecimento, portanto, tem que haver aqui um bocado de equilíbrio, de sensibilidade perante a essas situações. Outra questão que me apraz aqui falar é da saúde. É uma vergonha o que se está a passar, neste momento, nas extensões de saúde. Eu falo, por exemplo, da Freguesia de Avelãs de Cima, que tem uma extensão do Centro de Saúde em que nos desafiam para preparar uma estrutura para receber mais um médico, para receber mais utentes. Foi tudo preparado, foi tudo, portanto, cumprido, do ponto de vista das exigências das direções do ACES do Baixo Vouga e não há médicos. E quando nós consultamos os médicos, afinal, isto médicos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até há, o que não há é uma gestão de recursos humanos que valorize o desempenho das funções dos médicos. Isto é dito por eles próprios e, portanto, está na hora, eventualmente, de nós, dentro das nossas possibilidades, porque eu falo hei se for preciso e se tiver essas competências, chamar quem de direito da parte do Ministério Público, porque é uma vergonha. Ainda ontem a unidade Sangalhos tinha um médico de serviço, quando devia ter três, e estava um na extensão de Avelãs de Cima, quando deviam estar dois. É uma vergonha o que se passa e depois queixam-se que as pessoas vão às urgências. Nós vamos ao Centro de Saúde e não estão lá médicos para nos atender, vamos onde? Ó sapateiro? Não podemos. É preciso tratar este assunto com a delicadeza que ele merece e com a seriedade que ele merece. São os próprios atores que estão a trabalhar na área da saúde que estão cansados de gestão, que estas direções tomam. Se for preciso temos que chamar o Ministério Público para tratar destas coisas. As vantagens que uns têm em detrimento de outros, por exemplo, são os exemplos que eles dão em cima da Mesa. É uma vergonha o que está a passar na área da saúde e relembo também outras questões relativamente, por exemplo, às Conservatórias e Finanças. Ainda aqui há dias pessoas que vêm para tratar dos seus assuntos familiares e não há espaço, para a semana e no Concelho vizinho é no próprio dia. Isto tem consequências, tem consequências do ponto de vista da prestação de serviços, dos consumos, das famílias quererem viver cá, criar empresas. Não é só o Município depois que tem responsabilidades, todos os agentes públicos têm responsabilidades em captar e em ter equilíbrio no sentido de chamar as pessoas, as famílias, as empresas. Não é uma competência exclusivamente da Câmara e nós não podemos daqui deixar de pronunciarmos por estes factos, porque, na realidade é isto que se passa em alguns dos serviços. Uns são bons, são sim Senhora. Estamos atentos e é para deixar este alerta. Obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador. -----

----- **Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me que em si cumprimente a Assembleia e quem nos ouve. -----

----- Atalho nos cumprimentos para seguir na intervenção que teve o meu colega José Manuel Carvalho, o meu tema era precisamente a saúde, não ia alargar a outros serviços, mas, no fundo, para dizer cabalmente, totalmente, de acordo com a exposição que aqui foi feita hoje e com um reforçar muito forte da temática da Saúde, porque, de facto, é absolutamente gravoso aquilo que se está a passar em Anadia e, nomeadamente aquilo que eu sinto na minha Freguesia, porque, se bem certo que é, que antes da pandemia tínhamos uma realidade, a pandemia veio agravar e veio no fundo criar ainda mais dificuldades para as extensões de saúde e, nomeadamente, às pessoas que foram obrigadas a ficar em casa e a utilizar a linha telefónica para resolver determinado tipo de problemas. Passado a pandemia nós somos colocados com circunstâncias de serviço público e, nomeadamente, na área da saúde, em que, apesar de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parece que o panorama nacional e aquilo que nos entre todos os dias pelos olhos e ouvidos adentro através da televisão, parece que vivemos num paraíso da Saúde, em que está tudo melhor do que estava ontem, mas, na prática, aquilo que as pessoas sentem é que, de facto, se ontem estava mal hoje, a solução não existe e a minha preocupação vai além de, de facto, não há médicos disponíveis para trabalhar no Sistema Nacional de Saúde. Não há médicos porque, de facto, não há uma matriz que alicie os médicos ali ficarem. O que se passa é que e no caso de Sangalhos, que até sede de uma USP que faz triângulo com Avelãs de Cima e Amoreira da Gândara. Não há nenhum justificativo para que um médico que, por exemplo, acaba de entrar no Sistema Nacional de Saúde, ali fique dez ou vinte anos. Não há um atrativo de carreira, não há uma compensação financeira e, portanto, do afloramento de assunto que tenho vindo a fazer até com a ARS Centro, é que, de facto, esta é a realidade aceitei na. Okay? E, portanto, se esta é a realidade e temos que a aceitar, aquilo que eu também enquanto Presidente de Junta devo fazer é dizer que não concordo e a grande dificuldade que eu tenho é que, além de não termos médicos, as pessoas estão a aprender a acomodar-se a uma realidade que não lhes serve. As pessoas queixam-se individualmente na rua quando me cruzo com elas, mas sentem que não podem fazer nada e, portanto, para além de um universo que devia ter médico de família e não tem, temos pessoas que têm condições de vida para procurar alternativas, nomeadamente, no privado e ainda bem que existem, mas outros vão para casa e esperam que o mal passe. E, portanto, tendo esta realidade e tendo ainda ontem bem presente a intervenção do Senhor ministro, na televisão, que veio dizer, estão previstos concurso para vinte e oito Unidade de Saúde Familiar, na maioria para Lisboa, mas o país não é só Lisboa e, portanto, eu gostaria de perceber, por exemplo, Anadia vai ter alguma Unidade de Saúde Familiar atribuída? Não vai, não vai. A minha preocupação é que e temos feito essas diligências com a Câmara e, nomeadamente, com a Senhora Presidente, faz um esforço, por exemplo, de desenvolver projeto e candidatar o Centro de Saúde Sangalhos para uma obra que é esperada há mais de dez anos, mas que corre o risco daqui a dois, quando estiver concluída, não ter médicos e não serve para nada e, portanto, o meu reforço é o Sistema Nacional de Saúde tem de mudar, não é pela minha intervenção que ele vai mudar, mas é um grito de revolta ao que junto à intervenção do meu colega de Avelãs de Cima. A saúde está mal, está péssima e, portanto, não tem investimento, ninguém se atreve a fazer uma revisão das carreiras e do contexto da prestação de serviço no Sistema Nacional de Saúde e não é por falta de dinheiro, não é por falta de dinheiro que isso não se faz, portanto, hoje estamos a privar as pessoas de apoio na saúde, por capricho e depois eu não aceito que me venham falar de números, é que os números cada vez são melhores para esta matriz, que retira o médico de proximidade das pessoas, porquê? Porque, o que é que me diz a saúde se eu vou pedir esclarecimentos, mas queres lá médicos para quê se não tem as pessoas? Pois muito obrigado, as pessoas já não olham para o Centro de Saúde como uma solução para os problemas e, portanto, deixar aqui bem presente e bem marcado, de que alguma coisa vamos ter que fazer em Anadia para resolver isto ou para, eventualmente, apontar caminho e levar os nossos governantes a desenvolverem soluções, que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não podem ser aquelas que desenvolvemos aqui há vinte anos, quando todos nos revoltámos contra o encerramento das urgências em Anadia. Encerraram e encerraram. Neste momento, há condições para haver uma revolução na saúde em Portugal e ela tem que existir, a começar por de, de facto e verdadeiramente, desenvolvermos capacidade para atrair médicos para o Sistema Nacional de Saúde, mas, para amanhã e, portanto, deixar esta nota como uma preocupação de Sangalhos, mas que creio que é extensiva a todo o Concelho de Anadia. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado eu só queria dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, que pediu a palavra para esclarecimento, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, é um esclarecimento da minha parte relativamente à situação que foi agora abordada, que é, eventualmente, a solução do Serviço Nacional de Saúde vai passar para mudar de nome. Concordo perfeitamente com o colega deve ser TAP, porque aí já há milhões para tratar de tudo. Era esse o esclarecimento. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado, antes, porém não sei se convidaria, dado que o tema é o mesmo, convidaria a Senhora Presidente a comentar estas duas últimas intervenções.

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu concordo com tudo aquilo que foi dito e, obviamente, esta questão da prestação dos serviços públicos foi sempre uma preocupação nossa e não é de agora já é de há uns anos atrás, nomeadamente, começamos a falar do tribunal quando, efetivamente, se não houvesse o tribunal, obviamente, não havia processos e, portanto, a justificação é se não há processos não é preciso tribunal e, portanto, estamos quase aqui na mesma situação, na questão da Saúde. --

----- Eu sobre as forças de segurança, obviamente, não vou estar aqui a fazer comentários, obviamente, eu até faço parte do Conselho de Segurança e, portanto, embora possa discordar de, enfim, de algumas situações menos simpáticas, não esquecer que o Destacamento Territorial de Anadia abrange os Concelhos vizinhos, nomeadamente, a Mealhada, Águeda e a Oliveira do Bairro e que o nosso capitão, inclusivamente, agora até já vai até Aveiro, portanto, eu muitas vezes nem sei se os GNR que andam por aqui se são de Anadia mesmo ou se são dos Concelhos vizinhos, porque muitas das situações e em muitos dias, de certeza, que vêm também dos Concelhos vizinhos para cá e os de cá vão para fora e por aí fora e, portanto, mas enfim, há objetivos e tem que se cumprir os objetivos, isso nós também temos a noção dessa situação. -----

----- Sobre a questão da Conservatória e Finanças, foi outra das preocupações e, portanto, na altura foi o nosso empenhamento em trazer a Loja do Cidadão para aqui e, portanto, concentrar serviços para que as Finanças tivessem condições de continuar a prestar os seus serviços e, obviamente, também a Conservatória. O problema é sempre o mesmo, como na saúde, é que as pessoas vão saindo e depois não há substituições e, portanto, aqui começa a ser um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema. Ainda há áreas a conservatória me dizia bom, se calhar, vamos tentar fazer um protocolo com o Governo, de forma a Câmara conseguir disponibilizar, por exemplo, assistentes técnicos para os serviços e poder o Município ser resarcido dessa mesma importância, porque, efetivamente, à falta de recursos, basicamente, e depois não há concursos, não promovem a entrada de pessoas e, portanto, é uma das alternativas que está em cima da Mesa. -----
----- Portanto, na questão da Saúde é mais complicado, sobre o processo de transferência de competências, enfim, agora está tudo muito sossegado, já nem se fala agora na transferência de competências da Saúde. Se tudo estivesse bem, a Senhora ministra não tinha ido embora, portanto, não tinha havido outro ministro, ficamos expectantes e, sobretudo, com a nomeação do novo secretário Executivo, enfim, que há de fazer uma avaliação do estado da Saúde. O que é que nós sabemos, entretanto, é que vai ser criada uma Unidade Local de Saúde de Aveiro e o que é que é isto? Bom, supostamente, é uma empresa que irá fazer a gestão dos cuidados de saúde primários da região. Será melhor? Será pior? Bom, mas em princípio, até finais do mês de fevereiro, há de estar, enfim, já desenhado qualquer coisa, para avaliar as necessidades, e enfim, ver como é que se faz a distribuição, Mas o problema não é os operacionais. O problema é sobretudo os médicos e a seguir vêm os enfermeiros e, portanto, vamos lá ver o que é que isto vai dar. Sobre a questão que falou da USF nós estamos, enfim, está em cima da Mesa a criação de três USF. Já dissemos isto há muito tempo, portanto no Concelho de Anadia, também com a triangulação Anadia, Sangalhos, São Lourenço do Bairro e, portanto, isso está em cima da Mesa. Eu só temo é que, entretanto, com esta reforma, porque convém até lhes chamar outros nomes, já não se chama USF, pode-se chamar outra coisa qualquer, porque isto depois vai mudando assim uns nomes, não é? Mas pronto, nós estamos expectantes, obviamente e, portanto, com os investimentos que vamos fazendo na questão de Anadia. O projeto de Sangalhos está concluído e, portanto, é para avançar, portanto, se da parte deles não haver inconveniente avançarmos e depois vamos seguindo todo o processo da requalificação que tivermos que fazer, nomeadamente, na questão de São Lourenço, aguardando que nos deem um aval para o projeto funcional de São Lourenço, mas, pronto, voltando à questão dos médicos que dizia-me há dias uma colega Presidente da Junta, que havia pessoas que se queriam inscrever, neste caso em Amoreira da Gândara e que o médico dizia não aceito mais utentes, mas não aceita mais utentes porquê? Há um rácio. Já atingiu o limite ou pura e simplesmente o médico diz não quero mais. Bom, há que expor isto ao ACES do Baixo Vouga. Eu já o fiz. Okay, mas pedi também à Senhora Presidente da Junta que o fizesse. Não há médicos, mas os próprios médicos também já não querem aceitar mais doentes e, portanto, isto está efetivamente um caos. Dizia hoje o Presidente da Ordem dos Médicos vai haver agora a saída de mais não sei quantos médicos, mas não vai resolver o problema do país, porque esses médicos vão essencialmente para a zona de Lisboa, que é onde se sente mais falta de médicos, mas se calhar, há mais respostas, se calhar haviam de olhar é mais para o interior do país. Mais para estas zonas onde, efetivamente há menos, há mais dificuldades em aceder aos serviços de saúde do que propriamente na cidade de Lisboa, por exemplo, acho eu o na área Metropolitana.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, isto anda sempre um bocadinho tudo ao contrário. Se calhar, devia o primeiro, olhar para outros locais e não propriamente para as grandes cidades, que há outro tipo de respostas, mas, pronto, aguardamos expectantes do que é que vai sair, sendo certo que neste processo Anadia está sempre na fronteira, porque, enfim, a Mealhada já pertence à CIM de Coimbra, apesar de pertencer ao distrito de Aveiro. Mas a nossa tendência aqui em termos de saúde, nomeadamente, para os hospitais é ir para Coimbra, mas depois nesta situação é preciso massa crítica, já interessa Anadia para puxar para Aveiro. Pronto, e é esta delicadeza toda nestes processos, mas que nós temos que acompanhar e estar atentos, de forma a termos efetivamente solução, nomeadamente, no que toca à resposta nas várias extensões de saúde, que é um problema para Anadia, é um problema para Águeda, com extensões de saúde que foram obras que foram feitas e que não tem médicos para as abrir e, portanto, isto é lamentável, obviamente, que se esteja a passar, mas é, mas é a realidade com que estamos confrontados, portanto, vamos esperar, porque nós não fazemos médicos, apesar digo-lhe já, que eu própria propôs, porque é que o Município ou os Municípios não podem contratar médicos para termos resposta nos centros de saúde? Ah, não podem, mas não podem porquê? Porque não fazem parte do Serviço Nacional de Saúde. No entanto, no processo de descentralização, até deixa em aberto a possibilidade de o Município, se quiser criar outras, outras respostas. Então pode criar outras respostas e não podemos contratar médicos para dar apoio às urgências ou às emergências? Não, não pode, porque não integra o Serviço Nacional de Saúde e, portanto, nesse aspeto, estamos sempre limitados e, por um lado, podemos contratar oftalmologistas, podemos contratar, enfim, de estomatologia ou psicólogos ou que seja, mas no que toca à medicina familiar, os Municípios não podem contratar. Mais, não podemos fazer porque, enfim, nos foi coartada essa possibilidade.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Então muito boa tarde, cumprimento a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara e os vereadores, os colegas Deputados, o público presente e aqueles que a comunicação social e aqueles que nos seguem por online. A minha intervenção não vai ser dirigida especificamente à Senhora Presidente da Câmara como foram algumas, nem todas, naturalmente, dirige-se mais ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por o seguinte, tem estado a decorrer o período em que se poderia proceder a uma reversão do processo de agregação de Freguesias que decorreu da lei das leis, vinte e dois, dois mil e doze e onze a dois mil e treze, em consequência das quais foram criadas três uniões de Freguesia no nosso Concelho. Sendo público que em duas dessas uniões tem havido reuniões nas respetivas assembleias de Freguesia sobre este assunto, gostaria de saber se houve algum contacto com ou envio de documentação para a presidência da Assembleia Municipal, por parte das Mesas dessas assembleias ou por membros das mesmas, com vista a manifestar a intenção de se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desencadear o respetivo processo de desagregação e auscultar a opinião da Câmara da desculpem da Assembleia Municipal? Dado que o procedimento de reversão da agregação de Freguesias simplificado, ou outro, porque há outros processos, terá de passar sempre por esta Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no regime jurídico da criação, modificação e extinção de Freguesias, aprovado pela lei trinta e nove, dois mil e vinte e um e sendo este um assunto que interessa não só aos fregueses dessas uniões mas a todos os habitantes do Concelho, o grupo Municipal do PS solicita que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia nos informe o que entender ser relevante e de interesse geral sobre este assunto. Muito obrigado antecipadamente.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Demandado que fui vou dar-lhe só uma pincelada relativamente a esse problema que vos acode, então, é assim, a Mesa da Assembleia recebeu, de facto, uma primeira, um primeiro pedido, entre aspas, com um erro logo de forma que deverá entender não pela importância que deverão merecer os órgãos, mas, essencialmente, pela ética que deve existir. Recebemos papel como marca de água de um Senhor que não está mandatado minimamente para pedir uma desagregação. Mais, foi informado a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias em causa dessa falha e que deveria ser reformulado. De facto, foi-o com o envio da mesma e eu alertei para que fosse consultada a legislação, dado que o pedido formulado não estava conforme e disponibilizei-me pessoalmente para ajudar no precisassem. Posteriormente, veio um novo pedido igual ao outro já com a assinatura da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia e que de novo contacto telefónico disse que achava que não estava conforme a demanda dela, legalmente, como é lógico e que se quisesse eu poderia também ajudar em pareceres, mas que seria também ótimo que o fizesse à ANAFRE. Posteriormente foi deixada na portaria um envelope, que não é daqueles que vocês pensam que poderia ter, poderia estar boicotado e que houvesse coisa, um envelope para dizer para o Presidente e mais nada, em que rececionei e tentei falar com a Senhora Presidente, que depois de mensagens e de vários telefonemas que não me atendeu e que onde vinha também e eu tivesse essa possibilidade de resposta da ANAFRE à demanda da Senhora Presidente e da união de Freguesias, que foi, portanto, foi a mesma coisa não há parecer nenhum da ANAFRE e a ANAFRE limitou-se a remeter para a legislação. ponto final, posteriormente, porque alguém avisou a Senhora Presidente, que deveria, portanto, retificar a forma de estar e enviar com assinatura própria e os meios pelos canais próprios, toda a correspondência que achasse que fosse dirigida à Assembleia Municipal que o fizesse, na verdade, veio esse mesmo, essa mesma cópia ou pelo menos outra correspondência que foi na verdade e que não trazia nada de novo que eu lhe pudesse, nem me pediu qualquer ajuda que pudesse haver alteração, portanto, também dizer-lhe Senhor Deputado que é lógico, vocês também têm forma de saber o que é que se está a passar e, portanto, não vêm para uma Assembleia Municipal ouça lá o que é que andou a dizer lá a minha família, o Senhor tem essa obrigação e claro que não é ingenuamente que o Senhor chega aqui e me pergunta, diga-me lá o que é que se passou, o Senhor sabe tão bem quanto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu, mas pronto, é uma forma de o Senhor vincar a sua posição e mais não lhe poderei dizer. ---

----- Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Fernando Fernandes, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde a todos. Em primeiro lugar eu queria falar numa situação por causa dos códigos por postais. Nós Junta de Freguesia e com os CTT continuámos a melhorar os códigos postais que já existiam e os números de polícia. Entretanto, tem havido queixas, principalmente, por parte do INEM, os códigos postais na base de dados nacional dos CTT e a nossa, não coincidem com o que aparece no GPS e tem havido aí problemas com as ambulâncias, com as VMER na prestação de auxílio. Onde têm ido à Junta reclamar. Eu penso que eles terão que ir reclamar a quem faz o google maps e essas empresas, porque são eles que criam o GPS. Eu gostaria de saber como é que nós poderemos fazer para chegar a quem, portanto, para tentar melhorar esta e ainda há bem pouco tempo morreu aqui uma pessoa ali na Rua dos Olivais e a VMER andou aqui que tempos às voltas. Não consegui lá chegar porque não coincidia, porque não coincidia a numeração com o que estava no GPS. Eu acho que isto é um problema que é transversal, penso, às outras Juntas de Freguesia e acho que poderemos melhorar ou tentar chegar a quem possa melhorar isto. Inclusivamente dos HUC já recebemos reclamações precisamente na namorada de certas pessoas que não coincidiam com o que eles tinham, quando existe uma base de dados nacional que tem sido muito trabalhada, por nós e pelos CTT, para tentar melhorar isto. Outra coisa queria felicitar a Câmara Municipal por lhe ter sido atribuído o estatuto de membro honorário do Comité Olímpico. Acho que é uma mais-valia, porque mostra que a estratégia adotada para esta área tem sido a mais correta e é só para já. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente quererá comentar alguma das intervenções? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre a intervenção do Senhor Deputado Fernando Barbosa o Senhor Presidente da Assembleia já explicou e como disse também não era dirigida à minha pessoa, portanto, está esclarecido. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Fernando Fernandes iremos também avaliar esta situação, que poderá ter a ver com os códigos postais, poderá ter a ver que os sentidos de trânsito, enfim, se calhar há uma série de coisas a melhorar, digo eu, mas vamos ver como é que podemos efetivamente melhorar esta informação. -----

----- Sobre o reconhecimento do Comité Olímpico relativamente ao Município de Anadia, obviamente que ficamos satisfeitos, porque, enfim, resulta de um trabalho que já vem acontecendo ao longo dos anos e, portanto, o Comité Olímpico reconhecendo todo este investimento que o Município tem feito e esta aposta que tem feito, nomeadamente na área do desporto, nas diversas modalidades e, obviamente, ao nível do Centro de Alto Rendimento, ficamos satisfeitos pelo reconhecimento, como é óbvio. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Senhora vereadora e Senhores vereadores, Senhoras Deputadas municipais, Senhores Deputados municipais, mais público presente e via online. -----

----- Eu trago, trazemos aqui dois assuntos que gostávamos de ver aqui um pouco debatidos e, se possível, um pouco esclarecidos. E o primeiro já foi aqui um bocadinho abordado, diz respeito à saúde e a Senhora Presidente até já abordou aqui um bocadinho aqui este assunto. Então é o seguinte em alguns jornais, nomeadamente, o Notícias de Aveiro, Aveiro Mag, Terra Nova, entre outros, surgiu a recente notícia da futura criação da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, EPE. Em nota de imprensa da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro de treze do doze de dois mil e vinte e dois, consta que esta entidade foi já comunicada pela nova direção executiva do Serviço Nacional de Saúde, a criação do grupo de trabalho com a missão de elaborar o plano de negócios da futura unidade Local de Saúde da Região de Aveiro. Mais consta dessa nota de imprensa, resumidamente e passo a citar, que este é o modelo de gestão, este modelo de gestão agora adotado é o defendido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro há mais seis anos. Para a administração da unidade local de saúde da região de Aveiro a CIRA indicará o seu representante com a função principal de cuidar da relação de gestão dos cuidados de saúde com os cidadãos, tendo sempre a CIRA e os seus Municípios associados, como parceiros importantes no zelar por serviços de saúde permanentes e de qualidade, cumprindo outras funções por determinação legal e decisão política no cumprimento de uma efetiva cooperação internacional institucional, peço desculpa, a CIRA apoia esta decisão da Direção Executiva do SNS pela sua pertinência e importância. Além disso a CIRA reiterou à Direção Executiva do SNS e reitera publicamente a importância e a absoluta prioridade e a premência do investimento de ampliação e requalificação do Hospital Infante Dom Pedro, com a futura integração do Centro Académico Clínico, sob a liderança da Universidade de Aveiro. Face a este comunicado da CIRA, vimos solicitar nesta assembleia o seguinte esclarecimentos, se a Senhora Presidente participou nesta tomada de posição da CIRA e se já é possível saber quais as consequências para o Município resultantes da criação desta Unidade Local de saúde, nomeadamente, se os nossos municípios vão poder continuar a ser direcionados para os urgências e internamentos e consultas externas no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra? Tenho outro assunto que gostaríamos de ter aqui alguns esclarecimentos é relativamente à descentralização. O decreto-lei cento e sete barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro, concretizou a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. Entre as competências previstas neste diploma encontramos a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves, relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo, nos parques ou zonas de estacionamento, de vias e demais espaços públicos, quer dentro quer fora das localidades, desde que estejam sobre jurisdição Municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas. Assim,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gostaríamos de saber qual o modelo adotado pelo Executivo Municipal, isto é, se são os serviços municipais a fazer a gestão, instrução e decisão das contraordenações em causa ou se foi delegada em alguma entidade ou se tal foi delegada em alguma entidade que a lei autorize? Gostaríamos ainda de saber como equaciona a Câmara desentupir o estacionamento excessivo e abusivo, que se verifica nas principais ruas do centro da cidade, nomeadamente onde existem lojas de forma a desviar esses estacionamento para os parques que se encontram semi utilizados, como o que fica em frente da Escola de Viticultura e Enologia e o que fica junto ao Museu da Vinha e do Vinho, de modo a beneficiar o serviço das lojas dessas ruas? É isto obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, pedia a todos alguma capacidade de síntese, dado que o tempo está-se a esgotar. De qualquer das formas muito obrigado, dou a palavra à Senhora Presidente, no sentido de fazer algum comentário que lhe aprovou. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu sobre a Unidade Local de Saúde de Aveiro, sobre a qual já falei, aquilo que vou dizer é que até será, sem dúvida alguma, uma pergunta pertinente a colocar na próxima Assembleia Intermunicipal que irá ocorrer brevemente e, portanto, será o local até certo, uma vez que questionaram e que está referido a participação da CIRA. O que eu posso dizer é que nós Municípios, aquilo que recebemos foi uma comunicação a dizer que iria ser criada a Unidade Local de Saúde de Aveiro, com este objetivo e, portanto, iria sendo dado conhecimento aos Municípios sobre o resultado deste estudo. Ponto e sobre a Comunidade Intermunicipal é algo mais ou menos parecido, embora a Comunidade Intermunicipal gostava de estar mais envolvida para acompanhar melhor este processo e não, pura e simplesmente, chegar ao fim e dizer assim é este modelo e está feito. Pronto, mas, enfim, vamos aguardar para ver o que é que dá e não farei mais comentários, porque eu há pouco toquei ao de leve sobre essa matéria e sobre os serviços hospitalares e por aqui me fico. -----

----- Sobre o estacionamento público, já há mais de um ano que poderíamos ter assumida esta competência. Como sabem a GNR começou a aplicar multas por todas as Freguesias. Chegámos a ponto de inclusivamente deliberar sobre a colocação de sinais para colocar vias de sentido único, para aliviar a questão do estacionamento, uma vez que há casas e em situações mais antigas e núcleos mais compactos, portanto, não há onde estacionar e nem há parques de estacionamento e, portanto, foi uma das medidas que tomámos, pese embora os sinais nalguns sítios ainda não foram aplicados. Mas o que é certo é que a GNR reforçou um bocadinho esta situação, nomeadamente, e era um problema que se punha e que ainda está em cima da Mesa, que é o produto das coimas. E, portanto, queriam que nós recebêssemos automaticamente, eles passavam auto e nós recebia-mos o produto das coimas por transferência bancária e nós sempre dissemos que não fazíamos isso, pela simples razão que toda a gente passava a fazer transferências bancárias e depois nós não sabíamos de onde é que vinha e qual era o resultado daquele valor que entrava na conta da Câmara Municipal. E, portanto, tinha que haver aqui um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo, que daria entrada e que tinha que ser tratado e analisado. E, portanto, andamos há algum tempo nesta situação, houveram Comunidades Intermunicipais que optaram por elas próprias assumir essa competência e, portanto, tratar em conjunto esse assunto em nome de todos os Municípios. No caso da nossa Comunidade, cada um a tratar por si. Aquilo que nós fizemos foi adjudicar, temos uma adjudicação de serviços com os CTT, que será a entidade com a qual iremos trabalhar, durante um ano e perceber como é que estes processos vão decorrer. Portanto, o auto será levantado pela GNR, será apresentado na Câmara e a Câmara fará esse reencaminhamento, os próprios CTT têm os serviços jurídicos para avaliarem a situação, se está um auto corretamente instruído se não está e também, se for caso disso, fará diretamente a notificação para as pessoas pagarem e depois, obviamente, será devolvido o dinheiro ao Município que tiver que ser, para depois distribuir, porque, basicamente, é receber dinheiro para distribuir pelos, na Câmara pouco fica, portanto, para entregar depois também ao Estado, portanto, e nesse sentido, temos tudo preparado para no princípio do ano nos reunirmos, porque o serviço está adjudicado, com as forças de segurança, com os CTT, com os nossos serviços internos, para clarificar todo este processo, até porque ainda ontem ou anteontem, recebemos também da Direção Geral das Autarquias Locais uma recomendação, com a informação precisa que tem que existir nesses autos, para que o produto das coimas também depois seja, portanto, faça parte da informação que temos que colocar na DGAL e, portanto, a própria DGAL quer informação o mais objetiva e o mais precisa e, portanto, nesse sentido, temos que recomendar, quer a GNR quer a entidade prestadora de serviços, para que tudo tem que estar o mais claro possível, porque depois temos que passar essa informação para a plataforma. e, portanto, sobre este assunto e o que se me oferece dizer. Relativamente ao estacionamento e eu penso que efetivamente e aqui pode ser a brincar, mas é um bocadinho assim, eu penso que a partir de certo momento a GNR percebeu que estava a aplicar coimas e que não via a sua, não via o produto, a receita e, portanto, deixou um bocadinho andar e, portanto, dedicou-se mais a outro tipo de coimas e, portanto, está mais atenta aí a outras situações. Ainda há pouco o colega referiu ali uma, uma outra situação, mas, na verdade, a partir do momento em que a própria GNR verificar que há condições para este processo, para estes processos serem tratados, obviamente, que as pessoas vão ter que ter cuidado, porque aí meus amigos estamos a falar de estacionamento público e de certeza absoluta que eles vão atuar e, nomeadamente, em ruas que são pedonais, que está lá o sinal em que não é não é permitido parar, em que até se arredam as floreiras e os bancos para dar mais jeito para estacionar e por aí fora. Mas, pronto, haverá com certeza mais procura dos outros estacionamentos que estão disponíveis, além de que estamos a tratar, efetivamente, do processo da colocação, pelo menos em duas áreas, dos parquímetros, para também limitar e mais uma vez também criar aqui alguma pressão para aqueles que estacionam, enfim, seis a oito horas por dia e que ficam no mesmo local, possam dar a vez a outros que vêm apenas para tratar de assuntos que demora um bocadinho menos de tempo e, portanto, haja mais disponibilidade mesmo aqui no centro da cidade. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. --

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa, todos os presentes e aqueles que nos assistem online. -----

----- Referente a estes assuntos que foram falados em relação à saúde e outros assuntos na área do desempenho, da descentralização. A ministra da Justiça tem estado ausente, pelo menos acho que noventa por cento das pessoas não sabem que ela é nunca a ouviram falar, ela tem estado longe de tudo e de todos, deve estar emigrada, sei lá, não faço ideia. Mas de qualquer maneira relativamente à situação da justiça tanto quanto eu sei, continuamos a zeros. Nem a Câmara terá sido contactada para nada, porque ninguém sabe, pelo menos a nível nacional, ninguém sabe o que é que se passa na descentralização da Justiça. Relativamente a essa área gostava que se tiver alguma novidade para me dar, que partilhasse connosco. Relativamente à parte da saúde que foi aqui falada, é um problema que nos faz sentir a todos algumas dificuldades, mas faz parte da simplificação porque, afinal, nós há uns anos que ouvimos falar em simplificação e a simplificação tem-se passado em todas as áreas, desde a justiça que, neste caso, conservatórias, tribunais e por aí fora, a uma simplificação que é onde havia três pessoas hoje há uma e amanhã não haverá ninguém. Esperamos que os computadores resolvam o problema e que façam as coisas todas sem pessoas, porque estamos a transformar-nos nuns serviços públicos em que cada vez há menos pessoas e cada vez as pessoas têm menos paciência para aturar as pessoas e é assim mesmo, não é atende-las é aturá-las e isto começa a ficar muito complicado e eu não sei bem onde é que iremos parar, porque é mais fácil emigrar e nós vemos reações como as daquele Senhor de Murça e ficamos a pensar em que raio de país é que nós nos transformarmos? E de certeza que o meu amigo António Arnaut deve andar às voltas, a pensar que não foi nada disso que ele pensou para o Serviço Nacional de Saúde, mas, enfim. Apenas queria deixar um reparo, um alerta à Senhora Presidente relativamente a esta requalificações que têm andado a fazer em diversas ruas do nosso Concelho, designadamente, por exemplo, posso dar como exemplo a Rua de Trás e também aí tem a ver com os estacionamentos é que deixou-se de fazer passeios, passaram-se a fazer uns passeios em alcatrão. É uma nova metodologia da qual eu pessoalmente, não sou apreciador em que as pessoas estacionam em qualquer lugar, porque não há passeio, portanto, aquilo é um fartar vilanagem e como se tal não chegasse, eu penso que a Rua de Trás terá um ano, um ano e pouco, de edificação ou de requalificação e apresenta já sinais de desgaste muito graves, que até são estranhos, porque não seria normal numa requalificação que o fim do ano, ano e meio e também não tem assim com o que me parece tanto trânsito como isso, esteja já tão deteriorado, designadamente, o piso onde circulam as viaturas que, efetivamente, começa já a apresentar buracos, que é uma coisa, uma coisa que a mim me fez alguma impressão, era só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que tem sido tantos os casos que tem afrontado o Governo, que já pouco falta chegar ao Ministério da Justiça, portanto, já falta pouco, com certeza, mas pronto dizer que realmente não temos dado conta da ministra da Justiça, porque, de facto, está tudo realmente muito sossegado e, na verdade, penso que se se mantiver assim já não é mau, para dizer a verdade, portanto, quando as coisas se começarem a falar, se calhar vai ser outra vez mais complicado. -----

----- Sobre a requalificação nas ruas, dizer-lhe que desde a receção provisória até à receção definitiva, nós podemos exigir ao empreiteiro, obviamente, a reposição, desde que não seja por vandalismo também que também acontece, efetivamente, nas intervenções que vamos fazendo e em que, na verdade, há lá várias situações para corrigir, umas por vandalismo e são mais essas e outras por correções que tem que ser feitas e, portanto, até como disse até à receção definitiva, obviamente, que o empreiteiro terá que colocar ou deixar no sítio para que depois se possa receber em definitivo a obra. E depois lá voltamos outra vez a esta situação, em núcleos antigos e compactos é, na verdade, difícil satisfazer estas situações porque está a ver se em Sangalhos, por exemplo, na rua, na dois, três, cinco, antiga dois, três, cinco. Se aqueles passeios não permitissem estacionamento, onde é que as pessoas e um estacionar? Aqui na Rua de Trás também é um bocadinho complicado e as pessoas aproveitam e portanto, no fundo há aqui dois em um, pronto, mas queremos passeios, mas depois queremos estacionar em cima dos passeios, deixamos aqui um misto para dar para as duas situações e, sobretudo, em núcleos antigos, como disse, antigamente não havia tantos carros, hoje, efetivamente, as pessoas têm, cada casa tem um, dois ou três carros, se for preciso e, portanto, enfim, temos que criar as condições possíveis para que todos fiquem satisfeitos, um bocadinho satisfeitos, pelo menos, agrada a uns, desagrada a outros, mas temos que saber conviver com isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora Deputada Lúcia de Jesus, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Ora então muito boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente Engenheira Teresa, Senhores restantes membros da Mesa, vereadores, Deputados, caros colegas. ----- Ao chegar, portanto, a esta assembleia atrasada, peço desculpa desde já pelo atraso, ainda consegui apanhar aqui parte da intervenção do colega José Manuel Carvalho e do colega Artur Salvador. Não posso também deixar aqui de expressar a minha preocupação com o que se passa na Freguesia a que presido, é óbvio, em relação ao Centro de Saúde ou à Extensão de Saúde de Avelãs de Caminho. Extensão esta que está fechada, portanto, não diremos fechada, não diremos encerrada, porque disso eu nada sei, mas está sem médico vai quase em seis meses. Portanto, em reunião havida e em conversa também havida



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

telefonicamente com o Doutor Pedro de Almeida, foi-me dito que a Extensão de Saúde de Avelãs de Caminho não iria encerrar. Em reunião havida aqui na Câmara Municipal de Anadia com Senhora engenheira, com o Senhor Doutor Pedro de Almeida também, fizemos aqui um acordo por falta de médico na altura com a Freguesia vizinha de Avelãs de Cima, o nosso médico Doutor Jacinto passar três dias em Avelãs de Caminho, dois dias em Avelãs de Cima. Depois um, um ou dois ou três meses após A situação foi trocada, portanto, três dias para Avelãs Cima, dois dias para Avelãs de Caminho. E isso até estava a funcionar mais ou menos bem e as pessoas até estavam agradadas, pronto, ninguém está agradado com a situação, mas estavam já sabiam quem é que tinha que ir para Avelãs de Caminho, já sabiam quem é que tinha que ir para Avelãs de Cima. E a situação embora não fosse do agrado de todos, mas também não era do desagrado de todos. Contudo chegou-se Verão, fechou, portanto, o Doutor Jacinto passou a estar a dar apenas consultas em Avelãs de Cima, da parte do Senhor Doutor Pedro ou da ACES Baixo Vouga, não tivemos qualquer informação e foi-me garantido que se fosse para encerrar que seria informada ou se houvesse alterações também seria a informada, portanto, a Junta de Freguesia nada sabe sobre o assunto, a Casa de Povo, que é proprietária do imóvel, nada sabe sobre o assunto e continua a receber a renda do ACES do Baixo Vouga, também não são por causa de cinquenta e sete euros e quarenta e sete céntimos, acho eu, mas pronto, mas continua. O que é certo é que estamos nesta situação. Grave é realmente ver pessoas que se deslocam a Avelãs de Cima para ter consulta é isso assim é grave e depois chegam lá e não têm consulta, não tem consulta, ou porque não tem consulta porque não marcaram é óbvio, previamente, aquelas consultas que tentam apanhar às primeiras horas da madrugada, também já não as conseguem e que tem que pagar táxi. Isto aconteceu muito recentemente com uma Senhora que vive aqui nas Vendas da Pedreira, que estava a viver em Avelãs de Caminho até há uns tempos atrás, que mudou aqui para as Vendas e foi a Avelãs de Cima para ter consulta, pagou taxio diz ela que pagou trinta euros. Não sei se é verdade se não é ida-e-volta trinta euros de táxi, não sei se é verdade se não é, o que é certo é que a Senhora foi e veio sem consulta e triste é ouvir a Senhora dizer estou aqui deixada para morrer nas Vendas. Porque foi o Centro de Saúde de Anadia pedir para se inscrever lá, deixar de ser utente do Doutor Jacinto e passar a ser utente de Anadia, porque estava ali nas Vendas da Pedreira até podia vir a pé ao Centro de Saúde de Anadia, disse que não era atribuído, que não seria atribuído médico no Centro de Saúde de Anadia, porque já tinham um médico atribuído que é o Doutor Jacinto. E esta Senhora é diabética, não tem controlo de diabetes, não tem consulta de diabetes desde o antes ou o pré-pandemia. E controla os diabetes ela própria sozinha em casa, portanto, está habituada, portanto, simplesmente. Esta era a preocupação, pronto, e a partir daí, portanto, também o se tentar entender um bocadinho o que é que se passa com o Centro de Saúde, com a Extensão de Saúde de Avelãs de Caminho. Basicamente, era esta a situação. Um outro ponto já abordei este tema numa reunião numa assembleia anterior, pretendia colocá-lo novamente sei que isto são situações demoradas, mas a pavimentação de algumas estradas, onde já houve a intervenção da empreitada da água ou do saneamento. Pronto,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas estradas estão com imensos buracos. Tive agora há dias um, foi-me reportado uma Senhora que bateu num buraco, estragou o pneu, perguntou o que é que poderia fazer, já não poderia fazer nada, é óbvio, portanto, foi o que lhe foi dito, já tinha retirado o carro, já tinha trocado o pneu, portanto, não havia nada a fazer. Entretanto, eu vou pedindo, vou solicitando que vão colocando alguma, portanto, aqueles que têm direito é óbvio, não é, que vão passando e vão colocando alguma a tentar tapar os buracos, vão fazendo, mas sempre há um outro mais complicadito. Portanto, é só ter um bocadinho de atenção a essas estradas onde estão com mais buracos para irem passando. Irem abatendo. E é tudo muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, Senhora Presidente quer tecer comentários? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre a Extensão de Saúde de Avelãs de Caminho, não tenho mais nada a acrescentar, além daquilo que a Senhora Presidente da Junta já reportou e obviamente que está relacionado também com a intervenção que o Presidente da Junta de Avelãs Cima fez. É isto o Doutor Jacinto foi para Avelãs de Cima ou para Sangalhos para colmatar, enfim, um médico que não estava, o problema é que a seguir está em Avelãs de Cima, mas depois há um outro médico vai para a reforma e ele também não tarda muito em ir para a reforma e pronto, e é menos um, menos dois, menos três e em pouco tempo são uma série de médicos, porque na verdade são mais os médicos que estão a ir para a reforma do que aqueles que estão a entrar para o Serviço Nacional de Saúde, infelizmente, portanto, e esta é, de facto, a realidade. -----

----- Sobre a pavimentação da parte da empreitada, portanto, tem que repor as valas, quer para manter a circulação, quer depois para o betuminoso, portanto, tem que colocar betuminoso nas valas. Ainda hoje passei também em Avelãs de Caminho e, portanto, constatei nalguns sítios a cedência, fruto obviamente da chuva, mas recomendaremos obviamente ao empreiteiro para ir fazendo a reposição, recomendação que ele já sabe que o tem de fazer, mas tem que se ir sempre alertando, porque, na verdade, nessa situação, mesmo de acidentes e de ocorrências que sejam registadas no local e por força, enfim, dessas situações, elas pura e simplesmente se nos chegarem, são reencaminhadas para o empreiteiro, tem seguro e, portanto, obviamente, tem que assumir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Gostaria também de dizer à Senhora Deputada Lúcia de Jesus que, na verdade, o diretor do ACES do Baixo Vouga tem alguma volatilidade nas suas opiniões, nos seus dizeres e, portanto, muitas vezes não podemos estar, não podemos estar muito ou dar muito valor ao que ele diz aqui e amanhã acolá. Certo também que ele não terá feito nunca nenhum diagnóstico, nem definição de prioridades relativamente à saúde e relativamente Anadia. -----

----- Daí está lá na tal ULS de Aveiro, que são unidades de saúde locais e logo de Aveiro, que está carente e, portanto, a saúde a exemplo de outros, de outras áreas cruciais da vida de Portugal, estão periclitantes, mas em termos de saúde, que aquele que nos mexe mais,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

normalmente quando troveja chamamos pela Santa Bárbara, mas não estou a ver aqui a Santa Bárbara que deve estar em férias em qualquer lado. Dou a palavra à Senhora Deputada Ana Cristina, se faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos na figura do Senhor Presidente da Assembleia, só para dar aqui conhecimento sobre a intervenção do Presidente de Junta de Arcos, na verdade os serviços da google já estão no terreno, uma vez que onde eu moro, tinha sempre que vir para a urbanização, eu moro na Urbanização das Flores, tinha que vir para a Rua das Flores, chamar o INEM dizer é aqui, porque nunca ninguém conhecia a urbanização e confundia várias vezes com a Rua das Cavadas, que é ao lado e ontem mesmo a google já lá andou. Portanto, alguma coisa já foi feita, nós próprios também com a Google via Internet e os meios que eles têm também fizemos as nossas observações e ontem já estavam no terreno, portanto, alguma coisa já está a ser feito, o que é bom. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, restantes membros desta assembleia, pessoas que nos veem através da Internet, uma boa tarde e já agora festas felizes. -----

----- Lamentavelmente, tivemos mais um acidente gravíssimo na rotunda de Aguim. No seguimento do mesmo o movimento fazer acontecer manifestou ao Grupo Municipal do PSD as suas preocupações sobre o andamento da construção da rotunda. Eu gostaria de colocar duas perguntas, porque que pareceu-me que na sua primeira intervenção não terá sido esclarecido. Primeiro se existe uma data já prevista para a construção da rotunda, se está definido ou se está dependente do lançamento da obra, tal como a Senhora há pouco referiu? Mas, entretanto, passou mais um ano e não foram aplicadas quaisquer medidas preventivas e eu questionava se não faria sentido a Câmara Municipal ou mesmo a Junta de Freguesia em questão, aplicar algumas medidas preventivas, se é possível, dado que os acidentes são gravíssimos que tem acontecido naquela rotunda? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- A estrada é nacional, quem tutela é as Infraestruturas de Portugal e, portanto, o Município de Anadia nunca pode fazer qualquer intervenção sem obviamente o deferimento ou a serem eles próprios, Infraestrutura de Portugal a atuar. Numa situação em que há uma rotura de água na nacional, nós podemos lá ir a correr e resolver o problema, mas se tivermos que fazer uma obra nós temos que pedir autorização, temos que pedir licença, temos que apresentar caução, não é assim tão pequena sempre quanto isso e, portanto, estar à espera da licença administrativa para fazer qualquer intervenção. Portanto, é isto que se passa nas estradas que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são tuteladas pelas Infraestruturas de Portugal. Aliás, na transferência de competências, pensávamos nós, na parte rodoviária, nos núcleos urbanos, quando diz, vocês vão fazer a gestão da publicidade, mas o que é certo é que ainda há dias perguntei, digam-me lá sobre essa quantidade de painéis que estão aplicados, digam-me quais são aqueles que estão licenciados pelas infraestruturas de Portugal? Até hoje não obtive resposta. Há dias pediram uma reunião online, eu aproveitei para voltar outra vez esse assunto, agora não voltamos outra vez a discutir. E eu disse então mas já agora desculpem, eu já mandei não sei quantos mails para fazer a intervenção na estrada nacional, porque está caótica, nomeadamente, em termos o pavimento. Sim, nós já sabemos estamos a estudar a situação. Portanto, isto para dizer que OK, nós alertamos, nós recomendamos, mas não podemos intervir. Às vezes mesmo assim, fugindo a tudo e todos, fazemo-lo, fizemo-lo ainda há dias na rotunda da Curia. Fizemos ainda há dias ali na Malaposta. Ah, pronto, um bocadinho a escondida. Está que ir lá meter um bocadinho tapete e tal para desse nome chateiam, mas que não podemos fazer. Pronto sem a devida autorização e sem a devida licença e sem a caução prestada e por aí fora. Relativamente a esse acidente que aconteceu, onde esteve a GNR, onde esteve os bombeiros, a própria GNR me pediu ó pá para fazer ali alguma intervenção e eu disse-lhe, daqui a um mês, provavelmente, a obra está a começar. Vamos fazer agora alguma intervenção, mas olhe é assim nós não o podemos fazer. Aliás no mesmo dia e na mesma hora, apesar de eu estar fora e estava a acompanhar a situação, estava a mandar a mensagem para as Infraestruturas de Portugal, para quem de direito, não só uma, mas mais do que uma pessoa, a dizer-lhe mais uma vez aconteceu um acidente e há uma vítima mortal, para acompanharem logo a situação, mesmo que vissem na comunicação social estarem devidamente informados. Aquilo que eu fiz foi solicitar às Infraestruturas Portugal para no dia seguinte vir e local com a GNR, esteve também um técnico nosso a acompanhar a situação e ver se há algumas medidas a tomar. Houveram sugestões, sim Senhor, ainda ontem o Capitão esteve aqui numa reunião connosco, okay, mas eles disseram que no dia seguinte iam fazer alguma coisa, mas o que é certo é que eu já lá passei e ainda não fizeram nada. Nós não nos podemos substituir a eles e isto é aquilo que se passa. Respondendo um bocadinho àquilo que são as nossas preocupações, as nossas solicitações, que não tem a resposta merecida. Sobre a questão da obra, lançamo-la quando foi possível lançar, como já tínhamos os projetos todos na mão e mesmo assim apesar de tivemos a preocupação de perguntar à EDP o projeto está aprovado? Não, não está. E teve que ter correções e, portanto, só quando estava tudo corrigido lançámos a obra, lançámos o procedimento concursal, concurso público, vários concorrentes, só há um, que no meio daqueles que andaram lá a consultar o processo, portanto, está apto a realizar a obra e dentro do preço que foi definido como preço-base e, portanto, neste momento, tem que seguir toda aquela tramitação toda, já houve o período de audiência prévia, primeiro o relatório preliminar à audiência prévia, relatório final, que terminou agora. E, portanto, neste momento, aquilo que diz o acordo de gestão é antes de consignar a obra tem que nos enviar a proposta, o relatório e a proposta do empreiteiro e marcarmos a consignação, basicamente é isso e, portanto, já



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicámos às Infraestruturas de Portugal, independentemente disso, nós vamos andando com o processo paralelo a pedir ao empreiteiro os documentos que são necessários para assinar o contrato. A consignação a partir da qual começa a contar o prazo para executar a obra e o plano de segurança estar aprovado, tem que acontecer no dia a combinar com as infraestruturas de Portugal que virão ao local para assinar em conjunto o respetivo contrato e marcar a consignação. Portanto, basicamente, é isto. Portanto, eu digo, eu acho que um mês chega. Para nós sim, agora, desde que eles efetivamente validem este processo e permitam a consignação da obra, por nós um mês é suficiente para tratarmos de o empreiteiro entregar os documentos para o contrato e, portanto, fazer o contrato e seguirmos em frente, portanto, e é isto que neste momento posso dizer e pronto, e apraz-me dizer também que como é um empreiteiro que está habituado a este tipo de obras, portanto, acredito que efetivamente a obra será feita de imediato e dentro do prazo previsto.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte, faz favor. Para apresentação, para fazer a apresentação de um requerimento.

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Requerimento, eu Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte, Deputado da Assembleia Municipal de Anadia, Venho no uso do direito estabelecido na alínea c) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, requerer o a seguir discriminado: na sequência da deliberação tomada no passado dia vinte e quatro de fevereiro, em que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um requerimento que propôs a criação de um grupo de trabalho para a revisão do seu Regimento, vem o Grupo Municipal do PPD/PSD requerer que o referido grupo de trabalho, ao abrigo do número dois do artigo vigésimo terceiro da mesma norma legal, seja constituído pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que presidirá, pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Ricardo da Costa Portovedo, em representação do MIAP, pelo Senhor Deputado Municipal João José Rodrigues Gaspar, em representação do PPD/PSD, pela Senhora Deputada Municipal Marta Susana Taveira Duarte, em representação do PS, pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, em representação do PCP e pela Senhora Deputada Municipal Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, em representação do +PNT. Anadia, vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, este requerimento que me vai entregar aqui na Mesa, se faz favor e ao qual, portanto, passarei já à sua votação. Quem vota a favor deste requerimento: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, portanto, num universo de trinta Deputados municipais, com a ausência de uma Senhora Deputada que, porventura, por motivos inadiáveis, houve vinte e nove votos a favor, nesse universo então de presenças vinte e nove, portanto, foi aprovado por unanimidade. E assim sendo terminou o período dedicado ao período de antes da ordem do dia. Entramos agora no **Período da Ordem do Dia** que tem como **ponto um a apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois do artigo terceiro do RAMA. -----

----- Portanto, faz favor Senhora Presidente. -----

Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Bom, eu a informação foi remetida e, portanto, eu ficarei disponível para qualquer esclarecimento que entendam solicitar. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Assim sendo, dou a palavra ao Senhor Deputado Mário Marinho, faz favor. -----

Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro Mário Marinho, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Boa tarde Senhor Presidente permita-me que na sua pessoa cumprimente a Mesa e online também. -----

----- Senhora Presidente queria-lhe pôr só duas questões, porque na Freguesia estão-me a começar novamente a questionar, começam a ficar mais preocupados porque o silêncio tem sido algum, sobre a linha de alta velocidade. Ora, eu tento responder mediante o que sei, por isso, eu vou pedir a vossa Excelência que depois me informe se há mais alguma novidade. Já que eu estou a falar em grandes investimentos e grandes projetos, não vou eu me esquecer do outro mais preciso, também sabe alguma coisa sobre o nó da autoestrada, que esse sim era um investimento que era preciso aqui para a região. Obrigado. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Queira informar se poder Senhora Presidente. -----

Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Para ambas as situações eu diria que não tenho informação ou melhor novidades a apresentar. A linha de alta velocidade, enfim, não tenho mais além daquilo que nos foi remetido e, portanto, com as soluções em vista e, portanto, aquilo que sabemos é que entrará em discussão para avaliação de impacto ambiental e, logicamente que, nessa altura, eu informarei todos os Senhores Presidentes de Junta, para que possam divulgar junto dos vossos fregueses e, obviamente, cabe a cada um de nós manifestar-se sobre os vários corredores e dos constrangimentos, obviamente, que os mesmos vão causar no imediato e depois, enfim, quiçá algum dia quando vierem efetivamente a concretizar a obra, a solução mais penalizadora para o Município e, portanto, estou a falar da linha de alta velocidade. -----

----- E do nó da autoestrada também nada mais a acrescentar, sendo certo que não é prioridade, nem é nada comparado com os investimentos da TAP, por exemplo, ou do aeroporto, isto era bastante mais barato e servia, se calhar, muito melhor os anadienses, mas não é neste momento, algo que que esteja equacionado e, portanto, em termos de fundos comunitários, enfim, estaria previsto no PRR, mas não sei se haverá PRR suficiente para resolver estas situações. -----

----- Mas também tenho que dizer que em ambos os investimentos e tão necessários, tão necessários o nó da autoestrada, o outro era desnecessário, mas que são tão preocupantes para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Município de Anadia, em ambas as situações nós tivemos o cuidado de remeter e mais que uma vez, estas nossas preocupações e processos, inclusivamente, para os vários grupos parlamentares e até hoje também não tenho qualquer nota de registo, a não ser um ou outro dizer que recebeu, mas não ouvi nada ou qualquer questão que tivesse sido colocada na Assembleia da República ou que os nossos Deputados, os Deputados que, enfim, representam a região e a nação, nos quisessem transmitir sobre qualquer solução que, porventura, se tenha deslumbrado para qualquer uma destas preocupações que temos já largos anos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, apraz-me com algum gáudio, portanto, este relatório relativamente às atividades desenvolvidas pelo Município e parece-me que chega o momento também de estarmos satisfeitos com a oportunidade e com a parceria que foi estabelecida no início do ano com as Freguesias, nomeadamente, os acordos de execução e acordos de obra, porque apesar do aumento de alguns fatores de produção, apesar do aumento da inflação, portanto, os preços dos produtos e dos serviços ficarem mais caros, o Município não deixou desenvolver o seu trabalho e enquanto Presidente de Junta, este é um momento que de a gente agradecer efetivamente o cuidado que o Município teve em manter, portanto, essa atividade com as Freguesias, coisa que, por exemplo, o governo, o Estado central liderado pelo PS não fez porque ajudou as famílias, ajudou as empresas, efetivamente, deixou de lado as Freguesias e os Municípios neste contexto. E não vale a pena a gente, portanto, os evidenciar aqui o conjunto de medidas que foram, efetivamente, apoiadas nesse sentido, porque as Freguesias e os Municípios também prestam serviço aos cidadãos e deviam ter tido aqui também um cuidado especial nesse sentido. E neste momento também vou intervir sobre a questão relativa ao gás, ao apoio do gás dado pelo Governo e que efetivamente foi difícil de gerir, porque uma realidade, o que se passou primeiro emite-se uma comunicação, portanto, pelos vistos nós temos um governo que é especialista em comunicar, mas depois passa a responsabilidade do assunto para a ANAFRE. Nós somos sócios da ANAFRE e entrámos imediatamente em contacto com a ANAFRE no sentido de agilizar o processo, O que é certo é que a plataforma não estava pronta, não havia ainda nenhuma informação relativamente aos compromissos, portanto, ao modelo que nós temos que assegurar perante a DGAL, para assumir esse compromisso desse pagamento no âmbito do apoio do gás. A Freguesia de Avelãs de Cima conseguiu efetivamente desenvolver esse trabalho, apesar de todas as dificuldades processuais, porque nós entendemos que, efetivamente, em primeiro lugar estão as pessoas e nós fizemos isso e, inclusivamente, estabelecemos esta solidariedade com outras Freguesias, cujos cidadãos foram à Freguesia de Avelãs de Cima precisamente usufruir desse serviço, é por isso que nós existimos também em momentos difíceis, existir essa solidariedade, é o momento que nós temos de agradecer,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque, efetivamente, o Município e nós não nos esquecemos dos nossos trabalhos, independentemente do preço porque primeiro efetivamente estão as pessoas e aqui é que se vê efetivamente quem abandona e que não abandona as Freguesias. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente tentarei ser breve, a primeira questão Senhora Presidente, somos informados nesta comunicação da atividade da Câmara Municipal de Anadia que ainda decorre a empreitada da requalificação da Escola da Moita. Como sabe esta foi aprovada a vinte e três de junho dois mil e vinte e um, com um prazo de execução previsto de doze meses e a questão relativamente a esta matéria seria, no fundo, para quando é que estará prevista a sua utilização por parte das crianças e se é possível dar alguma indicação de um eventual atraso e os motivos para ele. Depois questionaria sobre uma matéria que será abordado ou melhor bem no documento que será abordado mais à frente, mas que não deixa de vir já contemplado na sua informação, que diz respeito à estratégia local de habitação, onde é indicada a construção de dezasseis fogos no loteamento da Quinta do Rangel. Ora, esta matéria realmente tem uma rubrica própria, mas depois quando observamos as outras rubricas, encontramos uma outra no valor de noventa mil euros que diz respeito ainda à requalificação do loteamento da Quinta do Rangel e a pergunta que lhe colocava é se a verba diz respeito a alguma iniciativa que já está em curso ou a alguma iniciativa que prevê vir a realizar? Por fim, relativamente aos processos judiciais pendentes, nomeadamente relativamente ao número dois cujo autor é Quercus, onde foi confirmada a sentença que condenou o Município a abster-se da realização de intervenção na zona industrial de Vilarinho do Bairro e o processo dezanove, em que diz respeito ao plano de pormenor da zona industrial de Amoreira da Gândara, em que até foi pedido um parecer à IGAOT e o que lhe pedia era se poderia dar alguns esclarecimentos adicionais relativamente a este processo, especialmente no âmbito dos constrangimentos que eventualmente possam daqui resultar. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer intervir Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- No que respeita à qualificação da Escola da Moita, pois há atraso por parte do empreiteiro que ainda se mantém em obra, ao mesmo tempo, felizmente, o que é sinal que vai concluir a obra. Supostamente iria concluir até ao final do ano, apesar de já ter pedido uma prorrogação de prazo e terá que ainda ser adiado, porque, na verdade, entretanto, as condições meteorológicas também não o permitiram e, portanto, apesar do Interior estar, enfim, já num estado bastante avançado, quase em fase de conclusão, o exterior ainda tem algum trabalho por realizar e, portanto, para quando é que as crianças se mudarão, aquilo que eu posso dizer é que espero quase garantidamente que no próximo ano letivo as crianças terão condições de mudar, portanto, e é isso que posso garantir neste momento. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sobre a Estratégia Local de Habitação, foi lançado o concurso. Penso que está para publicação em Diário da República, inclusivamente. Sobre a intervenção na Quinta do Rangel e eu penso que já estará a falar do orçamento para o próximo ano, portanto, onde está uma rubrica. Uma das primeiras intervenções que temos que fazer é, por exemplo, a alimentação do posto de transformação e a mudança da linha de alta tensão que lá está. Depois haverá, já fizemos alguma correção de águas pluviais, mas, provavelmente, depois teremos que fazer outras. Gradualmente também à medida que as casas forem construindo, portanto, a ligação dos ramais do saneamento e deixaremos os passeios para o fim que, apesar de ter passeios, no final, enfim, depois das obras estarem construídas, até porque se trata de intervenções de casas geminadas, ficará, enfim, muita coisa alterada e, portanto, é necessário repor. Mas a primeira intervenção passa exatamente pela mudança do posto de transformação, posto de transformação não, a mudança da linha de alta tensão e o reforço da alimentação do posto de transformação que já está no loteamento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Faça favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre os processos judiciais o caso do processo de Vilarinho, pronto, é semelhante ao processo de Amoreira da Gândara, em que entretanto decidem que não se pode fazer lá mais nada, a gente nem sabe porquê, porque neste momento nem há REN, aquilo já foi tudo desafetado da REN, mas são estas decisões jurídicas que não dá para perceber. Ou seja, isto é deliberado como se tivesse há não sei quantos anos atrás, neste momento nada está em REN, daquilo que é a mancha da zona industrial, portanto, isso está tudo desafetado e tudo resolvido, mas são essas decisões que, entretanto, sai. Da questão do plano de pormenor da zona industrial de Amoreira da Gândara, este processo foi solicitado parecer à IGAMAOT, mas isso foi o próprio tribunal que pediu um parecer à IGAMAOT, IGAMAOT que deu um parecer desfavorável e, portanto, neste momento, enfim, segue uma tramitação enfim, vamos ver a seguir qual é o outro desfecho. Neste momento está tudo desafetado, portanto, para já aquilo que era o loteamento antigo nem sequer está incluído no plano de pormenor e o próprio plano de pormenor se ele está aprovado, portanto, está tudo desafetado e, portanto, nada mais não colide com aquilo que esteve na génese daquilo que foi o processo inicial no tribunal. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, portanto, não havendo mais inscrições, faz favor Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima
José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, a César o que é de César e, portanto, com o esclarecimento que é o programa acaba sexta-feira no final do ano, portanto, as famílias que têm, que estão em condições, ainda tem mais dois dias para poder usufruir desse, portanto, desse programa e também a César o que é de César, porque temos que dizer, todo o, portanto, todo o valor que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi pago às famílias já foi resarcido por parte do Estado e com a respetiva compensação de um euro e meio por cada botija. Este esclarecimento também tinha que ser feito. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, portanto, agora não havendo mais inscrições para a análise desta e apreciação deste ponto, iremos então entrar no **ponto número dois de apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de dois mil e vinte e três, conforme estabelecido no regimento.** Pelo que primeiro dou a palavra à Senhora Presidente se, porventura, quer tecer algumas considerações ou então ponho já ao plenário. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Se me permite, é assim as primeiras páginas deste dossier relativamente aos documentos previsionais para dois mil e vinte e três, explicam de forma genérica aquilo aquelas que são as principais linhas de atuação da Câmara Municipal para dois mil e vinte e três, e, portanto, é claro que efetivamente os maiores investimentos surgem na parte do investimento da construção das zonas industriais, no investimento relativo a Estratégia Local de Habitação, na requalificação urbana das Freguesias, ainda também na saúde, enfim, e também na parte do saneamento e na parte do abastecimento de água. E depois, enfim, todas as dotações também que são inerentes às diversas, às diversas áreas e, portanto, aquilo que eu diria é que disponibilizo, obviamente, para as informações e para os esclarecimentos que entenderem por bem apresentar, em termos políticos e em termos técnicos, contando aqui com a disponibilidade também do nosso Chefe de Divisão, Doutor João Paulo, responsável pela parte financeira e que tecnicamente também dará explicações, caso haja alguma dúvida em termos de números. E também referenciar aquela que é a questão do mapa de pessoal, do acréscimo de alguns números de contratação, nomeadamente no reforço dos operacionais para a educação e também para a contratação de algumas situações que, neste momento, estão em fase de términos de contrato e, portanto, com a possibilidade de depois abrir o procedimento para, enfim, para que haja a possibilidade de essas mesmas pessoas poderem concorrer, sendo que os concursos, enfim, são abertos a quem entender por bem apresentar a sua candidatura, portanto, e no próprio mapa de pessoal também estão indicados os lugares a prover, quer por tempo indeterminado, quer por tempo determinado, portanto, e de momento, enfim, nada mais adiantarei senão reforçar que me coloco à vossa disposição para o que entenderem por bem solicitar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. -

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Mais uma vez boa tarde. Gostaríamos de salientar três pontos sobre o orçamento apresentado, a inexistência de plano plurianual e com objetivos anuais concretos de requalificação da rede de água e saneamento, falta de programa de qualificação e Formação Profissional para os funcionários da Câmara Municipal e, principalmente, não reconhecemos no



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento reflexo de uma estratégia para inverter o principal problema do Concelho, que é a redução de população, isto é fixação de jovens, estratégia local de habitação e objetivos concretos de ações para a atração de empresas que justifiquem um investimento nas zonas industriais. Naturalmente que este orçamento não vai ao encontro do programa apresentado pelo PSD para o Concelho de Anadia. Eu pergunto à Senhora Presidente de que forma está refletido no orçamento uma estratégia para inverter este processo de redução da população, caso tenha sido mal interpretado por mim a leitura do mesmo. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Desde logo que este é o orçamento elaborado pelo MIAP, não é elaborado por nenhum dos outros partidos e isso temos que o reconhecer e, portanto, cabe à oposição procurar as falhas ou, enfim, aqueles pontos mais frágeis, porventura, e, portanto, vocês deram nota aqui de três situações sobre o plano plurianual de investimento da rede da água, enfim, uma estratégia de intervenção, obviamente que não está lá descrito todas as intervenções que faremos, mas há uma rubrica genérica em termos da reformulação da rede de abastecimento de água, onde, enfim, cabem todas as empreitadas que o Município, enfim, tenha disponibilidade para as realizar com o respetivo cabimento e com o respetivo compromisso e que não pode ir além daquilo que dispomos, pelo menos não é recomendável e, portanto, gradualmente e eu já disse isto numa anterior assembleia, as intervenções vão sendo feitas à medida que se forem registando e que pelo o histórico, obviamente, temos conhecimento, apesar de não haver, temos um cadastro recente já feito por nós, que mandamos fazer. Não temos projetos de muitas das redes de água, de saneamento sim, das redes água mais antigas não, porque antigamente era o esquiço e era feito por administração direta e, portanto, não temos esses projetos, mas temos indicação dos anos e da vida útil dessas redes e, portanto, as mazelas vão surgindo e, obviamente, nós fruto desse histórico que vamos registando, vamos fazendo as intervenções. Temos um exemplo neste momento um procedimento de um concurso público que foi lançado para fazer a intervenção na Rua do Hospital, para fazer a intervenção ali no Bairro Mira Crasto, em Alfóias, para fazer uma intervenção na Amoreira da Gândara e, por fim, os procedimentos vão sendo lançados dentro daquilo que é a disponibilidade financeira e cumprindo, obviamente, este objetivo que é gradualmente ir reformulando a rede em função daquilo que foram as intervenções ao longo dos anos e substituindo aquela que é a rede mais antiga e com mais problemas. E à custa do orçamento Municipal, uma vez que, neste momento, não há qualquer indicação para qualquer apoio, em termos fundos comunitários, para a realização destas obras, antes pelo contrário, a ideia é realmente limitar-nos o acesso a esses fundos, dado que há aqui uma pressão para que os Municípios tenham que estar incluídos nos sistemas multimunicipais. Nós não somos, não estamos, somos um sistema Municipal, vamos convivendo com essa realidade e, portanto, vamos fazendo caminho. -----

----- Sobre a formação profissional dos funcionários, esta também foi uma matéria que já foi



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abordada pelos Senhores vereadores em reunião de Câmara e também já foi explicado. Nós temos formação para os trabalhadores no âmbito da comunidade Intermunicipal, formação essa que foi definida. Diversas matérias, diversas áreas, colocadas passada a, enfim, essa distribuição das várias ações pelos vários serviços, os funcionários inscreveram-se e, portanto, as ações vão acontecendo e os funcionários vão a essa formação. Portanto, que têm X horas por dia e por semana e por mês e por e por aí fora e, portanto, essa formação está assegurada aos trabalhadores, sobretudo aos administrativos. Aos funcionários externos através a nossa empresa de higiene e segurança no trabalho, que também vai fazendo algumas ações externas, portanto, para o pessoal externo que têm que garantir as condições de segurança, o manuseamento, enfim, das matérias, dos EPI, da condução das viaturas e por aí fora. Mas isso, por vezes, não é só porquê? Porque ao longo do ano vão acontecendo vários convites que nos chegam e sejam eles para os funcionários da biblioteca, seja para o desporto, ou seja para a parte jurídica, enfim, à medida que esses convites, essas ações vão chegando, os funcionários comunicam e, portanto, pedem autorização para, enfim, poderem frequentar essas ações que, por vezes, são ações que não dão certificado, mas na maioria hoje já lhes dá o respetivo certificado e, portanto, outras competências para exercerem as funções que prestam, portanto, formação garantida. E ainda dando a possibilidade a alguns funcionários também, que também pedem para terem a dispensa de horário de trabalho para, enfim, também serem estudantes-trabalhadores, portanto, nada é, ou melhor, tudo é facilitado aos nossos trabalhadores. -----
----- Quanto ao objetivo para trazer gente para o Concelho é assim, traduzindo melhor ou não deixando a que os nossos jovens possam ir para fora. Como é evidente nós não temos emprego para toda a gente, para todas as áreas, nem o Concelho de Anadia, nem os Concelhos vizinhos, todos têm a sua realidade e, portanto, hoje face à diversidade de áreas de formação, enfim, não há resposta para todos e, por isso, temos muitos licenciados, inclusivamente, a concorrer, por exemplo, para assistentes operacionais, ou muitos licenciados, por exemplo, a trabalhar nas caixas de supermercado, também acontece e por aí fora, porque, de facto, não a empregabilidade para todas as áreas de formação, nomeadamente, formação superior para, enfim, para todos os jovens e, portanto, aí tem que haver efetivamente outro tipo de respostas. Que nós tentamos ir um bocadinho mais além e quando, por exemplo, aprovamos um regulamento da criação de bolsas de estágio ou de bolsas ao ensino superior. Obviamente que estamos a dar aqui uma oportunidade aos jovens, seja dos cursos superiores ou seja do ensino profissional, para poderem ficar no Concelho e, portanto, convidando as empresas e dando um apoio, como foi determinado em regulamento próprio, aprovado nesta Assembleia Municipal e orçamentado para dois mil e vinte e três já com o respetivo cabimento, para que as empresas possam efetivamente se candidatar e poderem acolher jovens, seja do ensino profissional ou seja do ensino superior, para que possam fazer caminho e, portanto, ficarem pelo nosso Concelho. Claro que estamos a investir nas zonas industriais e, portanto, não é qualquer Concelho e, nomeadamente, com o Município de Anadia, apesar de ser um investimento plurianual, lança duas zonas industriais por cerca de oito milhões de euros, mais IVA, para a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criação de zonas industriais. Claro que isto vai permitir no imediato é a criação de lotes, mas perspetivando também projetos que possam surgir e vão surgir de certeza absoluta no imediato, para ampliação de empresas ou para a criação de novas empresas que irão gerar novos postos de trabalho e a seguir vem o outro problema que é a habitação, que é um problema do nosso Concelho, que é um problema dos Concelhos vizinhos, aliás, nós temos gente a residir no nosso Concelho a trabalhar nos Concelhos vizinhos e vice-versa e esta é a realidade e, portanto, é uma preocupação que temos e a questão da estratégia local de habitação, obviamente que não resolve os problemas para essa habitação, mas estamos a trabalhar noutra área, nomeadamente, na habitação, na possibilidade de criar habitação a custos controlados e disponibilizando também outras áreas que temos e que podemos infraestruturar para colocar no mercado para que as imobiliárias ou os construtores possam efetivamente aceder e termos gruas levantadas em Anadia ou no Concelho de Anadia, para que haja construção e haja oferta de nova habitação no Concelho de Anadia, uma vez que não nos podemos substituir às empresas de construção e a todas as imobiliárias, mas facilitando, obviamente, todos estes processos. E, portanto, dar-lhe-ia aqui duas situações e, obviamente, podia dar-lhes muitas mais, nomeadamente, quer aos nossos jovens que podem usufruir também de outros benefícios, seja através do cartão jovem ou de acesso, enfim, a outros benefícios, como também a qualidade de vida que nós temos no nosso Concelho e que permite também virem a residir outras famílias para o nosso Concelho e os miúdos virem estudar para o nosso Concelho e se poderem fixar cá. Agora outras duas notas, é verdade também, isto também é preocupante, que o custo da inflação e, nomeadamente, os encargos de energia e do gás, leva, por exemplo, algumas das nossas maiores empresas do Concelho estejam a suspender a laboração e, portanto, pessoas que vieram para o nosso Concelho também, porque no fundo, não temos jovens a fixar no Concelho, mas temos falta de mão de obra, esta é realidade, nós e todos e, portanto, aqueles que vêm para o nosso Concelho, enfim, se calhar, irão também passar por um momento difícil, porque temos grandes empresas a suspender a laboração e, logicamente que, enfim, irá reduzir o número de postos de trabalho. Portanto, esta é uma situação que esperamos que, enfim, seja passageira e que o próximo ano, efetivamente, invertam um bocadinho aquilo que se está a passar agora neste último trimestre de dois mil e vinte e dois e que possa criar outra expectativa e, portanto, que não haja uma verdadeira recessão que, embora se fale nela, ela não é verdadeiramente sentida por todas as famílias como, enfim, tanto se diz, pelo menos é aquilo que nós nos vamos apercebendo, mas nós que estamos deste lado temos é que transmitir esperança e, portanto, não sermos negativos e esperando que efetivamente os próximos meses sejam melhores do que aquilo que, porventura, se possa por aí ser mais negativo. E pronto e poderia estar aqui a dizer muito mais daquilo que nós temos para oferecer, mas que todos saibamos sobretudo dar nota daquilo que o Concelho tem de bom, porque também quando só falamos negativamente, isto também é mau. Claro que não podemos estar convencidos que temos um Concelho que é o melhor do mundo, não é verdade, ninguém tem e, portanto, mas também é verdade que também quem cá vive, se deve



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orgulhar do seu Concelho e, obviamente, convidar também as pessoas de fora a virem para cá.-

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado queria intervir? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Relativamente à qualificação ou formação profissional, eu tenho um exemplo que recorri a um serviço da Câmara Municipal onde na realidade fui bastante bem atendido. A pessoa que lá estava no serviço está há muito pouco tempo, segundo me foi transmitido pela própria pessoa e teve algumas dificuldades, apesar da boa vontade resolvi tudo mas teve algumas dificuldades em resolver a questão que eu tinha trazido. E isto leva-nos, leva-me a pensar no seguinte. A pessoa está a ser formado, ela ainda estava a ser formada, mas muito provavelmente é de repensar a forma como uma pessoa é colocado à frente de um balcão, provavelmente, necessitaria de um pouco mais de formação prévia, um plano de formação, eventualmente, que se calhar até existe, mas eu não tenho conhecimento, mas um plano de formação definido, para cada vez que um funcionário passa a ter uma nova função e porque a própria pessoa sente-se insegura, não tendo essa formação e transmite essa insegurança, apesar da boa vontade. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado não era um esclarecimento é uma recomendação. Quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não percebi qual era o serviço porque, entretanto, estava distraída e não entendi. Mas tudo o que é atendimento público, obviamente, que é muito difícil, portanto, estar num balcão, hoje não é mesmo nada fácil, não é, o atendimento não é mesmo nada fácil e por muita formação que por vezes possa ter, mas não é na formação, nem na Universidade, nem pouco mais ou menos, se calhar é a formação no dia à dia e a escola da vida que nos ensina, como se costuma dizer, e é preciso também termos jeito e sabermos estar e por aí fora, pronto, mas o caminho também se faz e, portanto, a insegurança às vezes também é bom para as pessoas aprenderem, não é, mas, pronto, também é assim. Temos que pensar que realmente o serviço público é muito exigente e, nomeadamente, numa Câmara, porque isto muitas vezes a gente pensa num determinado momento pensa a Câmara trata disto. A Câmara trata de mil e uma coisas , como a Junta de Freguesia, tudo a vai parar e, portanto, às vezes um serviço pode estar preparado para tudo e mais alguma coisa, mas há sempre algo diferente, como nós às vezes entramos aqui e pensamos hoje vamos tratar disto, mas aparecem mil e uma coisas, pronto, mas esse também é o desafio do dia a dia que nos aparece e que temos que saber, enfim, saber dar as respostas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok, obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhora Presidente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara, Senhores vereadores, Senhores Deputados e Presidentes de Junta, Senhores jornalistas, público e online. -----

----- Senhora Presidente, portanto, o presente orçamento vem na continuidade dos anteriores, MIAP, sendo caracterizado pelos mesmos indicadores, mesmo conceito de despesa, Não divergindo sequer o conteúdo que se utiliza na sua defesa. A caracterização que a carta educativa recentemente aprovada nesta assembleia fez do Concelho, não foi tido em consideração direta neste orçamento. Muita publicidade com alguma rubricas positivas, diga-se, mas os problemas estruturais mantêm-se não tendo sido considerada nenhuma sugestão proposta pela oposição. Senhora Presidente o tema preocupante neste Concelho e ainda não totalmente resolvido, foi a qualidade da água. Analisando o orçamento verifica-se que temos um milhão de euros na remodelação da rede e quarenta mil euros no controle e de redução de perdas. A Senhora Presidente deu conhecimento do relatório de vinte de vinte e nove de onze de dois mil e vinte e dois, vinte e dois, da Entidade Reguladora das Águas e Resíduos, a ERSAR, em que se verifica que da quantidade de água tratada que os serviços camarários lançou na tubagem só trinta e seis por cento é faturada, sendo cinquenta e seis por cento de fugas na tubagem. São milhões de litros de água tratada que a Câmara utiliza, diga-se, para regar o subsolo. Pergunto quem vai pagar esta falta de faturação e um pouco inoperância dos serviços. A resposta é evidente. A população com o aumento das tarifas porque não tem outra alternativa. Relativamente à indústria, estão previstos cinco milhões de euros para a zona industrial de Amoreira da Gândara. O loteamento atual ainda não está completo, mas concordamos com a ampliação, que entendemos muito válida e que os lotes sejam de maior área. Mas entende a Senhora Presidente que uma multinacional se vem instalar numa zona industrial sem acessos fáceis? Pelo que gostava que nos informasse, embora já tenha abordado ligeiramente, como estão as negociações com a Brisa, se marcou reuniões pessoais para resolução do problema ou se mandou correspondência? Pois o ditado o velho ditado diz quem quer vai, quem não diz que manda, diz que manda. Quinto assunto, atendendo que a negociação com as entidades bancárias é competência da Câmara Municipal de Anadia, gostaria que nos informasse o ponto de situação dos multibancos para Aguim, Mogofores e Ancas? E no seguimento desta minha exposição, deixo aqui algumas sugestões que entendo serem pertinentes e vão ao encontro das necessidades da população. Assim, na saúde, não entendo que o Centro de Saúde de Sangalhos necessite de um ano para projeto de remodelação e as obras estando as obras só previstas para dois mil e vinte e quatro. E estando o Centro de Saúde de Anadia em fase de conclusão, está prevista a consulta aberta, mesmo reduzida das oito às doze, como reivindicou recentemente a sua camarada de Cantanhede para o seu Concelho? Das oito às vinte e quatro, peço desculpa. Havendo sete Freguesias, sete farmácias no Concelho de Anadia, não será possível um entendimento para alargamento de horário compatível com a futura consulta aberta? Na habitação a Câmara vai intervir e muito bem, no loteamento do Rangel, com habitação para agregados que vivem em condições habitacionais indignas. Não será também muito importante a Câmara providenciar loteamentos em Freguesias do Concelho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para uma habitação diferente da Quinta do Rangel e contribuiriam para atacar a desertificação e a baixa taxa de natalidade? Sobre o ensino, se os universitários do Concelho, se os nossos universitários do Concelho vivem em Coimbra e Aveiro, como é que outros universitários bem para Anadia? O sucesso da nova residência para estudantes só será efetivo se acompanhado de uma valência universitária. Requer trabalho, mas Anadia pela sua posição geoestratégica, geoestratégica merece. Senhora Presidente, sei que os recursos são ilimitados, são limitadas, mas os efeitos reais da população são compensadores. O meu Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Queira comentar Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que não vê novidades nenhuma no orçamento, mas a primeira novidade é que, de facto, em relação ao ano anterior, o orçamento é de trinta e um milhões e oitocentos mil, portanto, é um acréscimo significativo e, portanto, os números não escondem, estão distribuídos pelas diversas rubricas entre aquilo que é o PPI e aquilo que é o orçamento. -----

----- E como disse o nosso objetivo fundamental nas zonas industriais, lançar as obras a concurso, estão lançadas, que haja concorrentes. -----

----- A estratégia local de habitação, a residências de estudantes, o Centro de Saúde, as escolas e por aí fora. E, nomeadamente, a questão de água e a questão do saneamento, nunca a deixamos de fora, nunca deixaremos e, portanto, olhamos para todas as áreas e às vezes aquelas mesmo que são mais pequeninas e parecem que têm pouca dotação, às vezes são tão ou mais importantes que aquelas têm milhões, essa essa é verdade. -----

----- Comparou a questão de um milhão de euros com quarenta mil euros no controlo de perdas, mas vocês nem sequer sabem o que é isso do controlo de perdas, que é um investimento que fizemos num programa, num software que tem que ter upgrades. E obviamente onde ficará lá informação e nos permite detetar em tempo a real e mais célere, obviamente, as ruturas. Agora podem achar que é pouco, até muito face ao investimento nós já fizemos. Mas não vou entrar aqui em detalhes, porque vocês também não iriam entender e também não é neste momento o fórum próprio para entrarmos em todos estes pormenores. -----

----- Sobre a zona industrial de Amoreira da Gândara, iremos fazer um regulamento, obviamente, para venda dos lotes e, portanto, e definir a hasta pública e as condições de venda e o uso e a ocupação e por aí fora. -----

----- O Senhor Deputado está preocupado com o nó de acesso à autoestrada. Pois, obviamente, vocês não foram lá tratar do TGV, ajudem também a tratar do nó da autoestrada. Força, vamos lá embora, porque o seu Ministro das Infraestruturas, eu já disse isto, quando foi Deputado, achava sempre que era uma prioridade, agora que é ministro nem me recebe, portanto, vocês estão em local privilegiado para ir lá reivindicar isso. Depois a questão da Brisa, aquilo que a Brisa diz é por nós está tudo, mas estamos à espera que o Governo deu luz verde para a negociação, enquanto não houver negociação das concessões não pode haver mais inclusão de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais um nó da autoestrada. Portanto, obviamente, estamos sempre a depender dos mesmos, e o ministério remeter para o para o para a Brisa. E a Brisa diz está bem, mas nós estamos com contrato que dos de concessão que está caducado, porque precisa de ser atualizado e o Governo a pura e simplesmente não negoceia connosco. Portanto, enquanto este processo não tiver resolvido, não há mais concessões. E depois de tantos dossieres que nós já remetemos, e eu volto a dizer isto, para todos os grupos parlamentares. Eu não vejo esta discussão estar a ser apresentada na Assembleia da República. Somos sozinhos a falar, pá vocês meixão se também força e depois se for preciso também convidem-me que eu vou com vocês, não há problema nenhum. Se têm mais facilidade de chegar ao ministro eu vou com todo o gosto, não há problema. Do nó da autoestrada é o que temos e não tenho mais informação neste momento a dar. Agora quinze milhões para fazer um nó de acesso e mais outros cinco milhões se calhar para fazer as ligações às vias, vinte milhões ou mesmo que fossem vinte cinco, o que é isso comparado com o meio milhão de euros que a outra Senhora recebeu só de indemnização. É só um bocadito, quer dizer o que é que é isto? Isto bem distribuído dava para tudo, mas não só dá para alguns e, como dizia alguém, andamos aqui a negociar de tostões e outros gastam milhões, mas o que é certo é que esses mesmos nem chegam os tostões nem os milhões, não chegam para fazer estas obras, pelo menos em Anadia.

Sobre os multibancos, não vou responder também em pormenor a essa situação. Cada Freguesia quer ter um multibanco, estamos a tratar disso, nomeadamente, na Fogueira, Sangalhos propriamente dito, no caso de Ancas, Mogofores. Portanto, mas não somos nós que colocamos os multibancos, nós só temos que criar condições para que os multibancos se possam instalar pelas dependências bancárias, que umas vezes estão mais recetivas, outras vezes menos recetivas e exigem umas condições e outras vezes já nem com essas condições. Mas sempre que existe abertura para a instalação do multibanco e que as dependências bancárias concordem com as soluções, obviamente, que até agora tudo temos feito para que haja esta resposta nas diversas Freguesias.

Sobre o Centro de Saúde, bom, não vamos confundir aquilo que são as soluções da Saúde e a falta de médicos e a extensão de horários, porque, na verdade, Senhor Deputado, como sabe, isto não é só do Governo PS, isto já vem dos governos PSD, que entretanto houve redução de horários, mas a questão dos médicos já é de agora, por exemplo, portanto, não vão discutir isto agora em termos de orçamento ou o Senhor estava à espera que eu pudesse aqui no orçamento a contratação de médicos. Eu disse há bocadinho que não me deixam, portanto, eu não posso ter isso no orçamento, eu não posso ter num orçamento que é números, são números, não posso ter aqui vencimentos de médicos, isso eu até gostava de ter, se eu pudesse lhe garantir que colocávamos aqui o vencimento dos médicos, mas não podemos ter, portanto, não vamos confundir esta questão da falta de respostas da Saúde por aquilo que não é competência do Município de Anadia, nem será no âmbito do processo de descentralização de competências, mas sim do Ministério da Saúde e de todos os organismos que estão associados ao Ministério da Saúde e mais agora um novo secretário-Executivo, etcetera, e por aí fora,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, vamos esperar para ver o que é que isto vai dar. -----

----- Sobre o loteamento da Quinta do Rangel, pois fizemos investimento, irá continuar-se a fazer e há pouco dei esta informação ali ao Senhor Deputado Luís Fonte, que outras áreas, não estamos a trabalhar em outras áreas para as colocarmos à disposição para que as imobiliárias ou os construtores possam efetivamente poder edificar e temos aqui resposta de habitação. -----

----- Sobre a residência estudantil também já percebi que é algo que vocês não entendem, se calhar, não gostariam, mas vai ser uma realidade e, felizmente para esta obra até conseguimos uns tostões e, portanto, ela há de ser, há de ser construída, o edifício requalificado para a finalidade a que nos propusemos e o resto vamos fazendo caminho, como é óbvio e por isso estamos cá a tentar, enfim, a fazer o melhor. Já agora dar nota que vocês também saberão que é sempre também muito bom contar com este tipo de respostas e também indo ao encontro daquilo que há pouco me foi questionado sobre a fixação dos jovens, algo que nós nos devemos congratular, por exemplo, o Município de Anadia conseguiu, quer através da Escola Profissional, quer através do Agrupamento de Escolas, dois centros tecnológicos, que é importante, obviamente, para termos outro tipo de resposta para os nossos jovens, portanto, que, enfim, não chegarão ao ensino superior, mas podem ter aqui uma resposta intermédia em áreas tão necessárias para as nossas empresas e, portanto, dar-vos também essa nota e já agora também a propósito de tudo aquilo que temos feito e temos melhorado também ainda na semana passada ou já esta semana recebemos a informação de que o Município de Anadia, enfim, lá integrou a lista dos Municípios familiarmente mais responsáveis. Portanto, é porque temos feito caminho e, portanto, temos efetivamente estar mais próximo das famílias e, portanto, dando efetivamente o nosso contributo para que as pessoas sintam uma resposta por parte da Câmara Municipal, seja na parte social, seja na qualidade e no bem-estar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, o Senhor Deputado levantou o braço para que efectue? Mas direito de resposta ao convite? O que fez a Senhora Presidente foi convidá-lo para ir a Lisboa. Faz favor, faz favor, seja breve se faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Eu só queria dizer à Senhora Presidente que efetivamente o orçamento apresenta em termos de números uma valia excessiva, não é excessiva é carente em relação às necessidades, mas que é tudo proveniente também do pouco da delegação de competências, tudo bem ajudar a que o orçamento vá empolando pouco mais. A outra situação que a Senhora Presidente fala em relação ao nó da autoestrada eu e todos nós e sabe que eu sempre fui e sou favorável às zonas industriais, coloquei-lhe o problema porque entendo que a zona industrial para ser efetivamente válida e ter um contexto ativo, tem que ter um acesso fácil, de outra maneira as grandes empresas não vem para cá, portanto, isto é inevitável e Senhora sabe como engenharia e eu também que é a realidade é esta, portanto, relativamente à Brisa eu quero-lhe também dizer que a concessionária das autoestradas é a Brisa, as infraestruturas serão um elo compatível com a sua ligação, mas, como lhe disse e, repito, eu entendo e todos nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendemos que quem quer vai, a Senhora Presidente tem indagado através dos meios parlamentares que são um meio de apoio, mas não chega, na minha opinião, é preciso ir mais, é preciso ir mais longe e nós, eu e o Partido Socialista a que pertenço estamos disponíveis para ajudar, para ajudar em tudo quanto queira, como estivemos disponível quando a Senhora nos pediu aqui para ajudar a desbloquear, desbloquear a situação que a Câmara tinha com as Infraestruturas relativamente ao traçado. Portanto, a Senhora pediu-nos aqui e nós demos um contributo, tardio? Digo tardio porque quando fomos já tinha na sua posse o traçado que irá ser posto a discussão, fomos tardios, efetivamente, mas foi a seu pedido que nós intervimos junto das infraestruturas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem Senhor Deputado está aceite então o convite, não é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Só para acabar, portanto, se a Senhora Presidente entende que é necessário nós ajudarmos como partido do Governo, que podemos ter alguma ação, não direta, porque não temos, mas alguma ação por meias vias nós estamos solidários com a Câmara Municipal de Anadia. O que a Senhora Presidente tem é que se convencer duma coisa, quando pedir peça com a realidade, não faça a seguir chicana política como tem feito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Para que era Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ó Senhor Presidente, vai-me desculpar, mas eu também quero um direito de resposta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pronto, força lá. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É só dizer ao Senhor Deputado, em primeiro lugar que é curioso que veja uma mais-valia no orçamento com a transferência das competências, mas não vê o défice, é que vê aquilo que aumenta, mas não vê aquilo que é o défice, como eu ainda há pouco lhe disse, seja na educação, seja na parte social e há de ser na saúde e por aí fora, portanto, ou seja, a transferência de competências é para todos os Municípios, neste momento, um défice, acrescenta ao orçamento, mas também acrescenta défice, isso não há dúvida nenhuma. -----

----- Depois dizer Senhor Deputado que não venha aqui a usar palavras que o Senhor há dias alertou-me que eu não devia usar determinadas palavras, eu também lhe vou dizer que também não aceito que o Senhor utiliza esses termos, porque ninguém está aqui a fazer gincana política, nem pouco mais ou menos. E eu quando desafiei os Senhores que tem efetivamente proximidade deste Governo falo abertamente. Como vocês também quando vão também o devem dizer abertamente, em vez de ir primeiro para o jornal e depois dizer à Senhora Presidente venham dizer-me logo, porque vocês é que estão a fazer outro tipo de estratégia. Agora, se vocês têm acesso diretamente a membros do Governo, façam-no e não precisam de convite meu, desde quando é que precisam de um convite da Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara para intervir? Se vocês próprios reconhecem que o nó da autoestrada é fundamental, nomeadamente, para a zona industrial de Amoreira da Gândara. Força, façam-no e não pensem só que isto só deve ser feito quando nós algum dia formos Governo em Anadia, vocês têm que pensar é que, neste momento, isto é o melhor, neste momento, para o Município de Anadia. O que conseguirem agora é bom para o imediato e para o futuro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Ema Pato. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas Ema Pato, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Permitam-me que a todos cumprimente na pessoa do Senhor Presidente desta assembleia. ----- Eu quero apenas aqui apresentar uma nota de repúdio e de manifestação de tristeza pelo comportamento do Estado Central liderado pelo Governo do PS para com a União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas. Considerando que as atribuições dadas pelos normativos legais às Freguesias são as mesmas dos anos anteriores, desde a lei setenta e cinco, dois mil e treze. Considerando que as Freguesias se aglomeraram em união de Freguesias viam o seu orçamento global majorado. Considerando que após interrogação à ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias, via delegação regional e outras entidades sem resposta ou qualquer esclarecimento completo ou justificação técnica para tal. Considerando que há cumprimento cabal das responsabilidades administrativas e outras por parte do Executivo desta não Freguesias. Considerando que em momento algum o anterior fomos notificados de qualquer irregularidade ou ação com direito a sansão. Considerando que deve haver equidade da distribuição e decisão relativas às demais Freguesias por comparação. Considerando que este episódio é retratado em mais duas Freguesias do Concelho de Anadia, uma união e outra não União. O Executivo da União de Freguesia de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, bem por este meio manifestar o seu completo repúdio pela redução da verba do FEF, fundo de financiamento de Freguesias, em quase três mil euros. Nestes pequenos diferendos e tratamentos tidos, consegue-se perceber muito bem que o Governo PS quer fazer nossas Freguesias. Aqui se retrata o abandono às mesmas, isso sim é abandono. É com enorme tristeza que assistimos esta decisão do Governo PS. A União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas merecem, no mínimo, o mesmo tratamento que as restantes. Fica a nossa palavra de que tudo iremos fazer para se corrigir tal situação e fica o registo para que conste desta desigualdade que o Governo PS tem para com algumas Freguesias do Concelho de Anadia. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada. Oportuníssima ao Senhor Deputado Rui Bastos chegou mesmo agora. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Ora bem estamos perante a análise de um documento que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certamente deve ter tido a sua complexidade na sua elaboração e como não será de estranhar também terá a sua complexidade na sua análise. E efetivamente cinco minutos para estar a falar disto, assume-se como um tempo extremamente redutor. Só para dizer Senhora Presidente, mais uma vez, infelizmente estão identificadas algumas fragilidades, fragilidades essas capazes de gerar alguma apreensão e outras até alguma, digamos, alguma discordância. Fragilidades essas que, no fundo já foram identificadas em outros documentos de outros anos, como, por exemplo, as obras que se arrastam, orçamento após orçamento, ou até aquelas que depois de incluídas como uma grande necessidade, acabam por ver a sua dotação comprometida. Temos também sobre orçamentação de algumas rubricas, que depois acabam por obrigar a um desvio de verbas que estariam afetas a outras despesas. Temos soluções que, no fundo, acabam por ser escassas para dar respostas a problemas identificados que não são só em documentos estruturantes. Temos obras controversas cuja pertinência tem gerado algum descontentamento junto da população e que, no fundo, algumas até nem dão resposta aos problemas que são identificados como prioritárias para o Concelho e depois temos decisões que, no fundo, também acabam por afastar a população da participação nas decisões estratégicas apresentadas pelo Município, como é o caso da não continuação, não sei se vai continuar ou pelo menos não é apresentado, esse propósito do orçamento participativo do Município. Não temos emprego para todos. Estamos numa tentativa de criar emprego para todos, inclusive outras medidas, como já falou do Centro Tecnológico, mas a verdade é que se não houver habitação, nós caímos aqui, corremos o risco de que os impostos que são tão importantes para desenvolver serviço de qualidade à população, acabem por ir para outros Concelhos vizinhos e acho que esse não é o desejo ninguém e daí, muitas vezes falámos nesta matéria. Poderíamos dizer que a despesa não dá para tudo, mas o que nós podemos verificar aqui neste orçamento, incluindo o somatório daquelas verbas indecisas, que é os chamados outros, na aquisição de bens e serviços, este ano apresenta uma dotação total, o somatório de quatro milhões, quinhentos e nove mil e seiscentos euros, quando em dois mil e vinte e dois foi apenas de um milhão quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta. E depois não podemos também deixar de referir que estamos no momento em que é preciso dar algumas respostas e não fazer como o Governo tem feito a esta situação que tem afetado de uma forma geral o Conselho e que também à imagem do que tem acontecido no país, que é a questão da inflação, que pede, no fundo, um apoio extraordinário com medidas que sejam económicas e sociais complementares, de combate aos seus efeitos e que normalmente tendem a afetar as camadas com rendimentos mais baixos, ou seja, muito resumidamente e é o que estou a fazer um pouco da declaração de voto, nós estamos perante um orçamento que acaba por não corrigir, de grosso modo, opções que já em outros momentos votámos contra os documentos previsionais. No entanto e apesar de nos sentirmos às vezes um pouco intimidados de fazer algumas questões com essas observações de que a oposição não percebe, pronto, que eu nunca gosto de ouvir isso, não vou deixar de lhe colocar algumas e agradecia que me esclarecesse, se fosse possível. Ora bem como é referido, impõe-se a continuação da requalificação do parque escolar é agora



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposto melhorar as condições dos Jardins de Infância da Poutena e de Tamengos, o que lhe perguntava era o que espera, no fundo, concretizar, quando a verba, no fundo, inscrita na requalificação é apenas dez mil euros ou se formos a ver a nível da despesa para as escolas é de setenta mil euros? A empreitada no âmbito da candidatura do fundo ambiental Plantar Mais Anadia prevê uma intervenção em alguns espaços com a plantação de espécies mais sustentáveis e plantação de novas espécies arbóreas em diversos locais. Perguntava-lhe se estão identificados já esses locais e já agora se vão ser removidas algumas das espécies já existentes? Depois quais os projetos que, no fundo, menciona ao longo do relatório do orçamento considerados relevantes, mas que tiveram submetidas candidaturas para financiamento, só que por não estarem aprovadas ou consignadas não viram inscritas qualquer rubrica ou qualquer verba neste orçamento? Depois olhando para o investimento na remodelação das redes de abastecimento de água, porque eu aproveito para dar mais uma vez os parabéns, gostaria de lhe perguntar se foram equacionadas fazer intervenções que priorizem as redes de abastecimento água que ainda têm amianto na sua composição? E, por último, a que outros trabalhos especializados se refere para que a rubrica da aquisição de serviços na despesa veja o seu montante ter uma variação, vá relativamente ao ano passado de quarenta e dois por cento ou seja neste momento temos novecentos e um mil, novecentos e um mil euros, desculpem novecentos e um mil e seiscentos euros aplicados a outros trabalhos especializados, que lhe pedia que esclarecesse e, por fim, a dar nota apenas que relativamente ao nó da autoestrada como sabe e já aqui foi dito, nós tivemos uma intervenção, mas que uma intervenção junto do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e ao qual foi possível até dar uma resposta, pondo-me desde já também à sua disposição para qualquer iniciativa, claro que estas matérias, normalmente, carecem um pouco da gente ter informação adicional para poder atuar de outra forma. Obrigada.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, começa a aparecer o espírito natalício. Vou dar a palavra à Senhora Presidente se quiser complementar. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Diria mais uma vez que os Senhores não precisam de ser convidados pela Senhora Presidente para exercerem as vossas funções, no âmbito das competências que têm e da representatividade que têm, junto daqueles que escolheram para vocês estarem aqui também a representar o povo, portanto, não precisam de qualquer convite. -----

----- Já agora também aproveito para dizer aqui há pouco que tive aqui algo que me foi dito e que eu também tenho que esclarecer, é como foi dito. Quem não quer vai, quem não quer. É bom que saibam que eu não preciso mandar recados a ninguém, eu vou e ponto final. Agora, quando é preciso chamo-os ao terreno, porque isso só de estar lá nos gabinetes em Lisboa a estudar não chega e quando eu chamei as Infraestruturas de Portugal para virem aqui à Anadia, nomeadamente, ver o traçado junto da Quinta do Encontro eu chamei-os cá para eles verem aqui no local. Para verem a realidade, porque em Lisboa eles não veem nada. Assim como



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passaram aquele traçado por cima de Vilarinho do Bairro e da Pedralva e por aí fora, eles veem que estão lá casas de baixo, mas eles estão a acompanhar e a perceber o que é que isto significa? Claro que não. Porquê? Porque depois mandam topógrafos para o terreno, tirar pontos e, de resto, não veem ver e, portanto, há situações em que é preciso chamá-los ao terreno, porque não é só em cima das cartas a fazer desenhos e traçados que se perspetivam as coisas, é preciso percebermos efetivamente os projetos no terreno e, portanto, quando é necessário, convidamo-los a vir cá. Quando, enfim, as coisas podem ser tratadas em Lisboa, vamos a Lisboa e eu não preciso de mandar recados a ninguém, vou e ponto final e vou-lhe dizer que a relação e já agora, volto a dizer, o Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, eu já fiz um pedido para reunir com ele e ele reencaminhou-me para o secretário de Estado e eu fui ao Senhor Secretário de Estado, à segunda vez, eu volto outra vez a fazer um pedido ao Senhor Ministro Pedro Nuno Santos. É pá e pura e simplesmente agora não, fica para depois. Portanto, mas se ele me mandasse para o Secretário de Estado, se calhar não ia lá, porque eu não ia outra vez repetir ao Senhor Secretário de Estado, a conversa toda que já tinha tido com ele e também ele já me tinha dito aquilo que eu já sabia, portanto, não ia adiantar, portanto, eu acho que isto até é uma falta de desconsideração, nomeadamente, pela Senhora Presidente da Câmara e para quem foi também eleito pela região. Ponto final e, portanto, nesse aspeto também acho que o Senhor Ministro devia ter outra consideração, mas eu irei insistir, isso não tenha dúvidas que eu irei insistir. -----

----- Pronto, mas agora voltando ao Senhor Deputado Rui Bastos. Senhor Deputado perguntou-me sobre as rubricas não inscritas ou que tenham candidaturas e que não esteja inscritas, por exemplo, temos várias candidaturas que foram submetidas e que ainda não temos resposta, por exemplo, no programa acessibilidades trezentos e sessenta em que temos várias intervenções, em vários edifícios e em diversos locais, nomeadamente, aquele que se anda a fazer ali no Vale Santo, por exemplo, no Centro Cultural estamos a fazer a rampa, etcetera, etcetera, mas fazem parte de uma candidatura que submetemos. Não temos resposta. Várias acessibilidades que propusemos para melhorar. Seja em vias, passeios, em determinados pontos para colocar rampas para deficientes, para melhorar os acessos também para os inviduais e por aí fora. Até agora, não tem a resposta. -----

----- Bairros digitais. A candidatura está bem posicionada, mas ainda não passou disso. Por exemplo, outra candidatura do empreende mais. OK, até estamos bem posicionados, vamos ver se conseguimos levar este projeto por diante e por aí fora, podia dar mais, mas todos aqueles projetos que estão submetidos e que nós não temos a candidatura aprovada, não fazem parte do orçamento se no imediato não temos condições para a realizar. E, por isso, ficamos à espera que haja uma resposta por parte de fundos comunitários ou que haja dotação, como, por exemplo, há pouco se referia ao Centro de Saúde de Sangalhos. -----

----- O Centro de Saúde Sangalhos o programa funcional, se houver alterações, não é definido por nós. Ainda há pouco tempo eu estive no Centro de Saúde Sangalhos, já, enfim, com o projeto quase resolvido, com o arquiteto que está a fazer o projeto, com o Diretor do ACES,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o arquiteto do ARS, enfim, para ver se há mais alguma coisa a alterar, se não alterar, enfim, sugestões e por aí fora, mas quem determina são eles. E, portanto, quem tem que validar são eles, mas depois há os fundos comunitários, a que nós, obviamente, iremos aceder, mas com candidatura ou sem candidatura, de certeza absoluta que iremos avançar com a requalificação do Centro de Saúde de Sangalhos. Se tivermos que antecipar, antecipamos, se conseguirmos a concretização com uma candidatura, também lá chegaremos, não há de ser por isso. Por exemplo, quando falamos em Tamengos e Poutena, são duas pré-escolas prioritárias. A mesma coisa. Está aberta uma primeira fase para a Educação, há de estar uma segunda fase e há de vir uma terceira fase e, obviamente, trabalhar em projetos e trabalhar em soluções. Iremos submeter as candidaturas. Se houver dinheiro para isso, avançamos mais depressa, se não houver, iremos mais devagar, em função da disponibilidade orçamental. Por exemplo nessa situação como, por exemplo, a escola de Vilarinho do Bairro está quase o projeto concluído, estamos a rever apenas algumas situações e iremos submetê-la a candidatura. Iremos avançar com esta intervenção com um preço base de um milhão e qualquer coisa euros, enquanto não houver candidatura aprovada? Provavelmente não, iremos esperar. Porquê? Porque depois por vezes há situações em que se nós avançamos, depois podemos já não ser resarcidos ou ver a candidatura aprovada. Portanto, também temos que ter aqui alguma calma em função, enfim, dos avisos, das linhas que são definidas para cada uma das situações, sob pena de quando quisermos concorrer já, pronto, já não é elegível e, portanto, temos que ir trabalhando, obviamente, estas possibilidades de encontrar fontes de financiamento, enfim, a determinada altura temos que ir com os nossos próprios meios. -----

----- Sobre o projeto Plantar Mais em Anadia foi também uma candidatura, tem comparticipação aprovada, tem um projeto delineado, as intervenções, as espécies a colocar novas, as espécies a substituir. Sim, existe projeto, existe candidatura e existe comparticipação. -----

----- E, pronto, e, de resto, perguntou-me sobre aquisição de serviços e outros trabalhos especializados? E eu iria pedir ali ao nosso Chefe de Divisão que esclarecesse melhor esta rubrica, melhor não, que a esclarecesse porque eu não disse nada, poderia dizer, mas não vou dizer. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assim o permitir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pela deferência. Agora vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, para que era? Um pedido esclarecimento, sim Senhor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. A Senhora Presidente acabou por não me dizer se estão previstas então a remoção de outras espécies de árvores para dar andamento deste projeto e relativamente à Escola de Vilarinho, uma vez que tocou no assunto, caso não seja aprovada a candidatura, o Município prevê mesmo assim dar continuidade a este projeto? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eu peço desculpa, mas vai ter que repetir. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Sim, então o primeiro é relativamente ao projeto Plantar Mais Anadia, em que lhe questionei se haveria substituição das espécies já existentes, mediante o projeto que foi elaborado e a segunda questão uma vez que tocou na Escola de Vilarinho do Bairro imaginemos que por algum augúrio que não seja aprovada a candidatura, esta obra será para dar continuidade mesmo assim? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre o projeto Plantar Mais Anadia há espécies novas a colocar e há espécies a substituir, está definido em projeto, portanto, que foi submetido e objeto de candidatura, sobre a Escola Vilarinho do Bairro ficarei a aguardar para já a respetiva candidatura e a aprovação da candidatura, uma vez que ela faz parte de um anexo onde foi incluída como uma prioridade, não primeira prioridade, mas segunda prioridade e, portanto, de um documento e de um memorando que foi assinado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo. Portanto, se ela está lá é porque tem condições de vir a ter financiamento e, portanto, iremos esperar pelo mesmo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelos esclarecimentos e agora sim, a pedido da Senhora Presidente dou a palavra ao Senhor Doutor João Paulo, faz favor. -----

----- **Senhor Dr. João Paulo:** -----

----- Boa tarde a todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal saúdo todos os presentes e em relação àquilo que me foi pedido esclarecer a rubrica de outros trabalhos especializados serve para apresentar uma dotação certa forma elevada, sem dúvida, mas perfeitamente justificada. E justificada em dois pontos. Primeiro ponto, como o próprio nome indica trata-se de inscrever serviços externos, cujo Município por si só e através dos meios não tem possibilidades de executar. Tanto serve para dotações extra GOP, como para algumas dotações que estão inscritas nas GOP, nomeadamente, nas atividades mais relevantes para o ano de vinte e vinte e três, passando a referir algumas com valor significativo, temos, por exemplo, na proteção civil e luta contra incêndios a faixa de gestão de combustível com uma dotação de cento e sessenta mil euros para o próximo ano. Temos também nos serviços auxiliares de ensino as atividades de enriquecimento escolar com a dotação de cento e onze mil e quatrocentos euros, só referir aqui algumas, temos no saneamento, o controlo analítico das águas residuais e o transporte e deposição de lamas nas ETAR mais sessenta e cinco mil euros, no abastecimento de água, o plano de controlo operacional da água potável com cinquenta mil euros e que foi reforçado em relação ao ano anterior, portanto, temos aqui toda uma série de rubricas, a programação do Cineteatro com sessenta e cinco mil euros. Dotação de uma série de rubricas das atividades mais relevantes que contribuem para que na dotação do orçamento da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesa esta rubrica de outros trabalhos especializados, assuma um valor relevante. E acho que expliquei e genericamente, atividades curriculares e extracurriculares da Universidade Sénior também, portanto, toda uma série aqui de rubricas que contribuem para que se preveja atingir este valor. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor. Para que era Senhor Deputado Rui Bastos? Pergunta técnica? Rápida? Força lá. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Eu já nem vou questionar sobre questão das construções diversas, onde os outros assumem aqui ma variação de quase quinhentos e tal por cento relativamente ao ano passado, mas já reparei que algumas rubricas com alguma frequência são retiradas daqui e outras são incluídas e a questão é esta mesma há assim tanta dificuldade em dotar o documento de mais rubricas, até para que seja mais esclarecedor para quem o analise e não venham para aqui colocar estas questões impertinentes, como eu estou a colocar neste momento, não é. E se me permite só mais uma questão estas sociedades privadas que vem aqui um aumento de setenta e três, quase setenta e quatro por cento, são quais? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- São duas perguntas uma é técnica que peço ao Senhor Doutor o obséquio de responder a outra é conforme a bonomia do mesmo. -----

----- **Senhor Dr. João Paulo:** -----

----- Eu penso que o Senhor Deputado estava-se a referir às transferências correntes para as sociedades e quase sociedades não financeiras privadas? Se nós formos ver às GOP novamente também, basicamente na parte final nós temos aqui o programa de apoios financeiros à atividade económica, em que nos aparece esse valor e também o das bolsas de estágios em empresas, em que são pagos diretamente às empresas, portanto, penso estar justificado o valor apresentado em termos de orçamento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor. Senhora Presidente quer intervir? Não? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que já está tudo esclarecido, há aqui nomenclaturas que fazem parte do programa do SNC AP e há coisas que nós também não podemos alterar, não é, e, portanto, temos que seguir essas regras, não é. Agora também podíamos estar aqui a descrever e meter não sei quantas ações, ações, vocês estão a ver a diversidade de coisas que nós temos? Pois, quer dizer, se calhar tínhamos um documento com não sei quantas páginas não é, quinhentas páginas, digo eu, sei lá. Da minha parte não tenho mais nada a acrescentar Senhor Presidente.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, obrigado. Permita-me que em seu nome cumprimente todas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as pessoas presentes e as que nos ouvem também online. mais um ano e mais uma proposta de Orçamento elaborado sobre um contexto de muitas incertezas, como tem sido hábito desde o ano dois mil e vinte. Primeiro foi a pandemia covid dezanove, não totalmente debelada e agora temos a guerra na Ucrânia a qual não se deslumbra um fim. Perante tal contexto, aumentam as dificuldades na elaboração dos orçamentos, derivado do agravamento da taxa de inflação, da escassez de bens, do descontrolo de custos das matérias-primas, da energia, dos combustíveis, criando dificuldades sociais, instabilidade dos mercados e limitando os investimentos. O orçamento para dois mil e vinte e três assenta no princípio do rigor, da prudência, do cabimento racional e do equilíbrio com as realidades das necessidades, das funções a que o Município tem que responder, tais como ação social, saúde, abastecimento de água, tratamento de resíduos, proteção do meio ambiente, conservação da natureza, transferências para as Freguesias, funções económicas e outras. Analisando o orçamento, saliento a evolução positiva da previsão da receita relativamente a dois mil e vinte e dois. Assim temos que a receita corrente prevista aumenta dezasseis vírgula cinco por cento, de mais de três vírgula dois milhões de euros, derivado da previsão de aumento de impostos diretos, mais três vírgula noventa e quatro por cento, das transferências correntes, mais vinte e um vírgula setenta e três por cento, cerca de dois vírgula dois milhões de euros e da venda de prestações de bens e da venda de bens e prestações de serviços, mais dezassete vírgula um por cento, ou seja, cerca de mais setecentos e quarenta e três mil euros. A receita de capital aumenta cerca de setenta e três vírgula seis por cento, mais três vírgula três milhões de euros, derivado da previsão de aumento de vendas de bens de investimento, mais vinte e um vírgula nove por cento e das transferências de capital, mais setenta e cinco vírgula nove por cento no valor à volta de três vírgula dois milhões de euros. A receita total prevê-se um aumento de trinta e dois vírgula sete por cento, cerca de sete vírgula oito milhões de euros, valor que resulta essencialmente do reforço do fundo de financiamento da descentralização e aumento das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais, bem como as transferências a receber por via da administração central, seja por via do PRR ou do PT 2020. Apesar de o Município prever devolver cerca de dois vírgula quatro milhões de euros, valor que reverte diretamente para o bolso dos seus habitantes, com a redução no IRS de quinhentos e doze mil euros, no IMI um milhão quatrocentos e sessenta mil euros, na derrama cerca de quatrocentos e trinta e oito mil euros, não deixa de da sua receita em impostos diretos de aumentar de ano para ano. Senão vejamos de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois aumentou cerca de quatro por cento de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três prevê-se aumentar cerca de três vírgula nove por cento, sendo um bom indicador de que a economia do Concelho está a funcionar. Também é de realçar que as receitas correntes previstas são superiores às despesas correntes em cerca de onze por cento, libertando o valor de dois vírgula dois milhões de euros. Tendo que e a este valor subtrair as despesas de capital, que são pagas com receitas correntes no valor de cerca de trezentos e vinte e quatro mil euros, libertando assim cerca de um vírgula nove milhões de euros para que o Município possa fazer investimento. Desta forma, o Município evidencia uma boa capacidade



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de libertação de fundos próprios para investir, bem para amortizar os empréstimos, se assim for necessário. Relativamente às despesas de maior relevância e como é normal, tem a ver com o pessoal, com um peso de vinte e três vírgula seis por cento. Mesmo assim, há que evidenciar que, em termos de percentagem do orçamento, esta diminui cerca de zero vírgula nove por cento relativamente ao ano dois mil e vinte e dois. A aquisição de bens e serviços tem um peso de trinta e três por cento, também diminui cerca de zero vírgula sete por cento. As transferências correntes aumentam cerca de trezentos e oitenta e seis mil euros e a aquisição de bens de capital aumenta significativamente, passa de seis vírgula nove milhões de euros para dez vírgula cinco milhões de euros, representando cerca de trinta e três vírgula um por cento das despesas do orçamento, o que é de realçar. Não é demais salientar que as despesas com pessoal e a aquisição de FSE advém da necessidade de fazer face às diferentes funções inerentes às atividades desenvolvidas pelas respetivas unidades orgânicas do Município. Em termos das grandes Opções do Plano, temos as funções gerais que tem um peso de cerca de quinze vírgula seis por cento, mais cinco vírgula oitenta e cinco por cento, do que em dois mil e vinte e dois, derivado essencialmente de requalificação dos edifícios dos SLAT, do Museu do Vinho e da Vinha, a proposta de remodelação da Escola Secundária para alojamento em cerca de um vírgula nove milhões de euros. Ou seja, nesta rubrica aumenta cerca de duzentos e trinta por cento relativamente ao ano dois mil e vinte e dois. Também a proteção civil e luta contra incêndios a sua dotação aumenta em cerca de noventa vírgula cinquenta e sete por cento, para fazer um valor de quinhentos e oitenta e sete mil euros. Aqui estão os caminhos florestais, a faixa de gestão de combustível, a vigilância e o apoio aos bombeiros e também o Centro Municipal de Operações de Socorro. Nas funções sociais temos um aumento claro. Em dois mil e vinte foi de sete vírgula dois milhões de euros, em dois mil e vinte e um sete vírgula sete milhões e para dois mil e vinte e três prevê-se o valor de e oito vírgula seis milhões de euros. Estas despesas representam cerca de cinquenta e dois vírgula quatro por cento do investimento das GOP e derivam de: primeiro serviços de ensino de cerca de um vírgula oito milhões de euros, aumenta cerca de novecentos e quarenta e três mil euros relativamente ao ano transato, ou seja, mais cento e seis por cento. Dois abastecimento de água, um milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil euros estão previstos, em que aqui está prevista a ampliação da rede de abastecimento de águas e saneamento Avelãs Sangalhos, Avelãs de Caminho para Sangalhos, tem um aumento de cerca de quarenta por cento relativamente ao ano de dois mil e vinte e dois. Há pouco ouvi aí um colega Deputado a firmar quem é que ia pagar as ruturas. É evidente que temos que tentar evitar as ruturas, mas nós não somos nós só o Concelho de Anadia é que tem roturas, claramente, os outros também têm e nós não podemos esquecer um ponto que é fundamental aqui dos Concelhos limítrofes ao Concelho de Anadia, somos o Concelho claramente pagamos a água mais barata. Acho que há comentários que são feitos que terão que ter mais alguma prudência na forma como são referidos, porque não é só pensar na ruturas, mas também é preciso pensar que o Município não tem capacidade para conseguir remodelar o abastecimento de água, toda a tubagem de um momento só, tem que ser por fases e tem que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser um investimento ao longo dos anos, porque senão podemos pôr em causa as outras áreas de investimento de quais que eu acho que são fundamentais e das quais eu irei falar a seguir. Depois na saúde vai-se investir ou está previsto mais zero vírgula oito milhões de euros, que tem a ver com a conclusão do Centro de Saúde de Anadia. A seguir temos também o programa de resíduos sólidos mais zero vírgula oito milhões de euros, com o programa Valoriza Mais Bio resíduos e a construção do Centro de Recolha. Também para a proteção do ambiente e a natureza tem a ver com obras do Monte Crasto e aumento do CROAC e espaços e jardins estão previstos zero vírgula sete milhões de euros. O apoio social representa treze vírgula nove por cento, treze vírgula vinte e nove por cento das GOP em dois mil e vinte e três, corresponde a um vírgula dois milhões de euros. As dotações, as dotações referentes à habitação aumentam em dois mil e vinte e três cerca de cento e quarenta e oito por cento, relativamente a dois mil e vinte e dois, ou seja, estão previstos o investimento de quinhentos e cinquenta mil euros, com a construção de dezasseis fogos na Quinta do Rangel, em Antas e ELH, no âmbito do PRR. Em termos das funções económicas, no ano dois mil e vinte e dois, vinte e dois, o peso era de três vírgula sessenta e oito por cento corresponde ao valor de um vírgula cinco milhões de euros. Em dois mil e vinte e três o valor passa para quatro vírgula três milhões de euros, o que corresponde a um peso no orçamento de e vinte seis e meio por cento, indo de encontro com a estratégia definida pelo Executivo. Em termos da indústria e energia passa de quatrocentos e setenta mil euros em dois mil e vinte e dois para dois vírgula quatro milhões em dois mil e vinte e três, mais quatrocentos e treze ponto dezanove por cento. Isto para a construção e ampliação da zona industrial de Amoreira da Gândara, Vale do Salgueiro, ambas com dotações plurianuais. Depois temos os transportes rodoviários e melhoria das acessibilidades, prevê-se um aumento de seiscentos e quarenta e um mil euros relativamente a dois mil e dois, prevendo-se investir cerca de um milhão e sessenta e sete mil euros. É que aqui está incluído precisamente da rotunda do IC dois já aqui foi falada. Nos mercados e feiras, a dotação mantém-se dando aqui e está prevista prioridade para o mercado Sangalhos. Em termos de turismo, a dotação decresce para noventa e quatro mil e setecentos euros, isto derivado de o projeto de renovação de aldeias e percursos pedestres está praticamente concluído e o custo da BTL diminuído significativamente relativamente ao ano transato. Nas outras funções temos à volta de quinhentos e oitenta e sete mil euros, aumenta cerca de cinquenta e dois por cento para fazer face à renovação do edifício do espaço da Ativa Curia Techno Parque e respetivos serviços, dinamização da Universidade Séniior e o custo do GAI e ações do apoio empresarial. Nas outras funções económicas, no valor de nove cento e dezasseis mil euros prevê-se um ligeiro reforço de dotações para as Juntas de Freguesia e também tem a ver com o valor transferido para a CIRA. De seguida vou apenas analisar três rácios. Estes rácios são os seguintes: impostos municipais sobre o total de receitas, no qual temos no ano dois mil e vinte e dois, dezoito vírgula seis por cento, em dois mil e vinte e três temos um peso de quase catorze vírgula seis por cento, das receitas de impostos recente relativamente à receita total. Percentagem aceitável tendo em conta as baixas taxas de impostos aplicadas pelo Município decresce cerca de cerca de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro por cento e este decréscimo é justificado pelo simples facto do aumento dos impostos municipais não acompanhar exponencialmente a proporção das receitas totais, dado que estas aumentaram mais exponencialmente devido ao reforço do fundo de financiamento da descentralização e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais, bem como as transferências a receber por via da administração Central. O segundo o rácio tem a ver com as receitas próprias sobre o total de receitas: em dois mil e vinte e um tínhamos quarenta e um por cento, em dois mil e vinte e dois quarenta e dois por cento, em dois mil e vinte e três desceu para trinta e quatro ponto sete. As baixas taxas de IMI, no IRS e na derrama tem influência nas receitas próprias, daí a taxa de dois mil e vinte e dois ser quarenta e dois vírgula, quarenta e seis por cento, dado que o objetivo do Município não é lucro como nas empresas, mas sim servir e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Em dois mil e vinte e três prevê-se decrescer cerca de sete vírgula sete por cento, derivado ao aumento das verbas oriundas do financiamento da descentralização e das transferências no âmbito das da Lei das Finanças Locais. Terceiro rácio: despesa corrente sobre o total das despesas. Em dois mil e vinte e um tínhamos sessenta e um por cento, em dois mil e vinte e dois sessenta e seis, em dois mil e vinte e três sessenta e quatro. É perfeitamente normal no Município que as despesas correntes sejam superiores a cinquenta por cento das despesas totais, devido às responsabilidades sociais e competências que o Município tem que responder. Relativamente ao ano de dois mil e vinte e três fica liberto para investimento em capital a percentagem de trinta e cinco vírgula sessenta e sete por cento e este orçamento para dois mil e vinte e três apresenta uma estratégia clara de crescimento para o Concelho, se não, vejamos, relativamente a dois mil e vinte e dois prevê investir mais quatrocentos e treze por cento nas áreas industriais, cerca de dois vírgula quatro milhões de euros, investir mais cento e quarenta e oito por cento na habitação, cerca de quinhentos e cinquenta mil euros, investir mais cento e seis por cento na rede de abastecimento de águas, no total de um vírgula cinquenta e cinco milhões de euros, investir mais cento e cinquenta e um por cento nos transportes rodoviários e melhoria de acesso, no total de um vírgula zero seis milhões de euros, investir mais na proteção civil e luta contra incêndios, no total de zero vírgula cinquenta e oito milhões de euros. Estas são as áreas mais importantes para alavancar o Concelho, prevê-se investir mais quatro vírgula seis milhões de euros, pelo que estamos no bom caminho e é este o caminho para captar mais famílias, mais jovens e, por sua vez, mais empresas. Terminei dizendo que em consciência, não vejo razão plausível para haver votos discordantes com este orçamento e com aquilo que foi exposto e terminei. Obrigado, Senhor Presidente.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Darei a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- A minha intervenção é apenas no sentido de clarificar, a Senhora Presidente até já deu em parte a resposta àquilo que eu pretendia saber, a minha pretensão é e saber qual é o grau de flexibilidade do orçamento e quando eu falo flexibilidade e qual é a margem de que o orçamento



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dispõe por qualquer despesa inesperada que surja, designadamente, o investimento se fosse preciso da no nó de autoestrada? Se o orçamento já comporta uma margem razoável para que se possa, caso seja necessário, alterar mudando as rúbricas, o mesmo qual é esse grau de flexibilidade que dispõe e se em caso de ser o montante que há bocadinho falou para o nó da autoestrada com todas as suas ligações, seria necessário proceder ou não a um empréstimo bancário? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O orçamento tem a flexibilidade e a possibilidade de crescer, nem que seja com recurso a empréstimos, dentro da margem de endividamento que temos e dentro da disponibilidade que a assembleia também se disponibilizar para apoiar nesta situação em concreto. Mas claro quando estamos a falar da nova autoestrada em primeiro lugar temos que ter projeto que supostamente a Brisa, eu sei, tem mais que uma solução, mas se não for essa a solução definitiva, se tivermos que fazer projetos como nós já dissemos e à semelhança do que os meus colegas fizeram para a ligação Aveiro, Águeda, também igualmente estamos disponíveis para o fazer, sendo certo que eles avançaram, mas cujos projetos vão ser pagos pelo PRR, portanto, os Municípios vão suportar mas vão ser comparticipados. Nós também nos disponibilizamos para fazer projetos para alterar projetos o que for, obviamente, com o consentimento e com o apoio do Governo, seja por via direta, pelo PRR, chamem-lhe o que quiserem ou fundos comunitários, seja por qualquer via. De resto, para fazer a obra promotores como somos da obra de Aguim, mas isso tem que ser assinados protocolos, como é óbvio, não é, e aí obviamente, que é uma despesa e é uma receita, mas também nunca se faz num ano, uma obra dessas nunca se faz num ano, okay. São as tais despesas plurianuais e, portanto, isso também é diluído, enfim, nos vários anos que o orçamento possa comportar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima
José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Há aqui questões que nós temos que falar abertamente e sem preconceitos. E quando alguém fala em chicana política, podemos estar a falar dos centros de saúde ou da nossa ausência de médicos, podemos estar a falar dessas coisas só pode. Ou então só pode para falar de termos do preço da água mais barato. Não sei. Entristece-me imenso este tipo de comentários e observações num orçamento. completamente, é passar ao lado das responsabilidades entre aquilo que compete ao Município e aquilo que compete ao Governo. E o que é certo é que há pessoas que estão seis meses com as análises em casa, mas sobre isso não é chicana política, isso é estratégia política, é outra coisa falar sobre aquilo que é importante não vale a pena. Eu vou também dizer aqui outra coisa. Fazem falta caixas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Multibanco, fazem, mas nós sabemos que vinte cinco por cento da renda é paga ao Estado e há muita gente e há muitas instituições bancárias, que não estão dispostas a pagar esse valor a um proprietário e muito menos o proprietário devolver os vinte cinco por cento depois ao Estado. Falta falar destes pequenos pormenores, que nós sabemos, a gestão que tivemos que fazer, a negociação que tivemos que fazer para manter o Multibanco da Freguesia de Avelãs de Cima. E ele só lá está, porque a proprietário do espaço foi benevolente e aceitou, mas custa-lhe imenso todos os anos dar vinte cinco por cento desse rendimento ao Estado. Quando o Estado fez zero, zero para o Multibanco estar lá na Freguesia. É muito importante falar destas coisas. Depois não há desertificação das nossas aldeias, o que é a despovoamento e o despovoamento acontece precisamente pela ineficiência e pela ausência dos serviços. Há bocado a colega Lúcia falou de uma cidadã que gastou trinta euros, para quem tem uma reforma de duzentos e setenta, duzentos e oitenta, trezentos e vinte euros é uma coisa fantástica, estamos próximos das pessoas. Isto é brincar com as pessoas, isto não é chicana política, isto é brincar com as pessoas e elas depois vão-nos bater à porta, conforme o exemplo que eu dei há bocado. Temos que ver estas questões com outra realidade, há muitas fragilidades, o modelo é um modelo provisional, algum de nós que está aqui hoje pensava há um ano atrás o que ia acontecer em Fevereiro? Algum de nós tinha em mente o valor de uma taxa de inflação atual? Vamos fazer gincana política, quanto é que o Município recebeu de apoio, quanto é que cada uma das nossas Freguesias recebeu de apoio de suporte, ainda tiraram a três Freguesias. À União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, à União de Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro e à Freguesia de Avelãs de Caminho. Isto é o quê? Isto é o quê? Chicana política? Aumentaram o preço dos fatores de produção. Eu vou dizer ao colega Rui, ainda bem que eu tenho uma rubrica que se chama outros no CNP AC, sabes porquê? Porque hoje eu não tinha, se calhar, verba para pagar salários, não tinha verba para pagar a luz, não tinha verba para pagar a água, nem tinha verba para pagar outras responsabilidades que assumi. O outros também serve para isso Rui. É para essa prudência e é preciso passar por lá para evitarmos esta chicana política. Temos que levar estas coisas a sério e mais leio declarações de voto que me entristecem, ausência de pavilhões desportivos, fazem-se referência a uma Freguesia. Eu conheço pelo menos três que não têm pavilhões desportivos. Tratar as coisas com seriedade, não com leviandade. Fora aqueles que existem e que efetivamente não têm utilidade e nós temos instalações, associações de centros culturais e associações culturais e desportivas. Eu tenho na minha Freguesia cinco campos de futebol de cinco. Quantas horas são utilizadas por ano? Vamos falar a sério de quantas horas utilizadas por ano? Eu nem sequer tenho possibilidade de pôr as pessoas com serviços de suporte e de apoio como os de saúde. E quero um pavilhão? Eu quero é um médico, eu quero é que as pessoas se sintam seguras, isso é que eu quero. É bom que tenham consciência que, no meio destas incertezas todas, este é o orçamento que mais dinheiro devolve às famílias em Anadia, dois milhões e trezentos mil euros. Qual foi o orçamento que nos últimos anos representou uma verba desta natureza? Um investimento nas áreas empresariais nos últimos quatro anos ainda não visto. Na habitação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para fixar pessoas, mas também temos os privados. A Câmara não é proprietária dos alojamentos que existem, das habitações que existem e mais, nem está a penalizar, como noutras Municípios, os alojamentos que estão vazios ou sem pessoas, com o dobro do IMI que a lei permite uma coisa dessas. mas isso não interessa, interessa vir para aqui a falar de chicana política. A verba mais alta que existe na parte da ação social, bolsas de empregabilidade para os jovens empreendedores. Está na altura de a gente olhar também para o resultado do Investe Anadia. Eu vejo e ajudei alguns a desenvolver o estudo, os estudos no modelo do IAPMEI. Fico contente, estão a brilhar, estão aí no terreno, uns até já abriram mais do que uma loja, isto é que interessa, Isto não é chicana política. Isto é realidade política e nós, enquanto Presidente de Junta, também temos que estar preparados para o futuro. Algum de vocês sabe se o orçamento que nos deram agora do FEF nos vai permitir pagar as nossas despesas? Eu fico com trinta e dois mil euros, depois pagar as despesas fixas. Uma Freguesia que tem quarenta e dois quilómetros e quinze povoações. Façam as contas quanto é que cabe por mês para cada lugar. Não me venham mais falar de chicana política, porque isso sim, é um insulto às pessoas que estão aqui sentadas.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Obrigado. Obrigado Senhor Presidente, era só para responder já que fui citado pelo ilustre colega, só para responder que, efetivamente, as águas o relatório da ERSAR é claro, portanto, trinta e seis por cento é efetivamente o faturado, cinquenta e seis é desperdiçada, bastava que metade deste desperdício, que é perfeitamente compatível e é possível de ser aproveitado, para que não houvesse aumentos de tarifas e as tarifas se mantivessem no Concelho, como uma das mais baixas do distrito e etc, bastaria o aproveitamento de parte das águas residuais que vão para o solo, para que nós população não fôssemos afetados para este aumento de tarifas. Era só este ponto que eu queria dizer. Por outro lado Senhor Presidente também lhe queria dizer que não me revejo muito, porque entendo que as aspirações de determinadas pessoas, de determinados colegas, poderão estar acima do nível do lugar que ocupam, quando falei em chicana política era do aspeto de ter ligações entre uns e outros, não tem nada a ver com esta trica, esta troca de situações, que estão agora a querer dizer. Era só isto. Muito obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, um ponto prévio relativamente a este assunto das perdas de água. Eu posso estar enganado, mas eu acho que já foi explicado nesta assembleia que a ERSAR considera perda de água a água que não é faturada à Câmara, que vai para as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

piscinas, etcetera etcetera, etcetera, portanto, eu estranho que este assunto aparece aqui como se fosse uma novidade, portanto, eu sou uma pessoa atenta e, portanto, gosto de perceber as coisas e, portanto, atalhando. Este é um orçamento um plano e um orçamento para um ano, um ano como o ano de dois mil e vinte e três é um orçamento que gera sempre muita expectativa, nomeadamente e essencialmente, a um Presidente de Junta. Neste caso aos dez que estão nesta sala e isto porque no início de dois mil e vinte e dois, saindo de uma pandemia, ninguém esperava uma guerra no coração da Europa e depois todo um turbilhão de circunstâncias que nos afetaram a todos. No entanto, afetou pouco o nosso Governo, que até encaixou mais dinheiro do que aquilo que estava à espera. Muitos milhares de milhões de euros que depois ficaram lá guardadinhos e, portanto, quando nós começámos a delinejar planos e orçamentos, eu tinha muita expectativa no Orçamento de Estado primeiro e depois no orçamento da Câmara, obviamente. O Orçamento de Estado não privilegiou nenhuma ajuda musculada, digamos assim, aos Municípios e na sequência, obviamente, também esse adensar de apoio para as Freguesias não tem consistência. Não encontra como. Hoje foi aqui ventilado que o orçamento que a Câmara aqui traz hoje é um orçamento empolado na sequência da delegação de competências, interessa falar na delegação de competências, mas não no défice que origina, assim como a Senhora Presidente já nos explicou. E este défice, por exemplo, para além de todas as benesses que estão vertidas no orçamento, é dinheiro que não chega às Freguesias. Eu, por exemplo, gostaria de ver a delegação de competências da Câmara reforçada, assim como gostaria de ver a delegação de competências do Governo para a Câmara, reforçadíssima. Hoje e depois de um ano de trabalho intenso no terreno, nós temos uma delegação de competências que me permite salvaguardar quarenta por cento da responsabilidade de gestão corrente que tenho na Freguesia, com uma ajuda extremamente direta e ativa da Câmara, que conseguimos elevar para os sessenta por cento, ficam quarenta por cento, que nós não conseguimos, de forma nenhuma, atender. Depois, quando nós falamos na diminuição de transferências para as Freguesias, pois é um assunto sério, quer dizer, nas vésperas de entrarmos num ano que vai ser muito difícil pela imprevisibilidade que lhe está associada. Não sabemos o que é que vai acontecer com o prolongamento da guerra, nem os custos dos materiais e os custos dos combustíveis e os custos de vida e, portanto, estamos aqui a definir um documento de previsões e de intenções que podem não ser concretizadas, porque muitas coisas podem acontecer. Coisas que nós estamos agora a perspetivar, isto não é um não é um documento concreto, segue em linha reta, mas que se vai adequar àquilo que vão ser as necessidades prementes da nossa comunidade. E, portanto, não vou atalhar nem prolongar mais nesta análise, que é um documento que, para mim, tem apenas uma leitura macro, que é aquela em que me baseio, que é um orçamento que tradicionalmente e venha quem vier e esteja quem estiver na execução de um plano e orçamento na Câmara Municipal de Anadia tem vinte cinco por cento para recursos humanos, vinte cinco por cento para despesas correntes, vinte cinco por cento para investimentos e vinte cinco por cento para a ação social, cultura, educação e, portanto, não há outras contas a fazer, portanto, há depois os pormenores, mas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pormenores são da responsabilidade de quem é Executivo hoje, que apresenta as suas prioridades em dezembro e apresenta as suas contas em abril, não há mais diligências a tomar. Podemos definir aqui opções e prioridades, são as minhas, são as vossas, são as de quem analisa o documento. Depois um assunto que é importante, intenso em Anadia. A habitação, para além de todos os elementos que estão vertidos no orçamento a habitação, a Estratégia de Habitação Local depende muito de uma coisa que se chama investimento, capacitação financeira, PRR e contratos-programa e gostaria de questionar a Senhora Presidente neste sentido. Já foi a Senhora Presidente contactada pelo Senhor Primeiro-ministro Doutor Nuno Santos sobre a assinatura de contratos-programa para efetivar a Estratégia Local de Habitação? Se sim, está em condições a Câmara Municipal de Anadia de no dia a seguir a abrir o contrato-programa ou a abrir os programas de apoio à habitação local de apresentar candidatura a este financiamento? Isto porque o Senhor ministro, que é um ministro ausente, ausente nos Municípios está muito presente em determinado tipo de Municípios, faz passar a informação de que dinheiro não falta para terminado tipo de projetos e de processos, mas essa informação não é transversal, não chega a toda a gente. Aquilo que lhe pergunto é se chegou a informação direta à Câmara Municipal de Anadia de que se prepare para candidatar todos os projetos que entender ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, porque dinheiro não falta? E com isto termino, muito obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Presidente quer comentar?

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim dois ou três comentários, um bocadinho voltando atrás a propósito ainda da questão da margem do orçamento, não só para o nó da autoestrada, mas também para outras surpresas, como ainda há pouco aqui foi dito, a questão da inflação, a guerra e que levou ao aumento dos combustíveis e dos encargos com energia significativos e, portanto, lá chegará ao momento com a prestação de contas para verificarem que tem de haver margem, necessariamente, porque isso são surpresas com que nós, pronto, com que nós nos temos que a debater e, portanto, fazer opções.

----- Depois também dizer aqui e ainda relativamente à questão do aumento do tarifário da água e tenho pena que falem num aumento tarifário da água e percebam que vai haver aumento tarifário, mas não vejam qual foi o parecer da ERSAR e, na verdade, a ERSAR não deu um parecer positivo à nossa proposta de tarifário. Não, porquê, porque diz que é pouco, devíamos fazer, devíamos dar um incremento superior. Ora bem, e porque é que tem de haver aumento de tarifários, isto tem a ver com a sustentabilidade dos sistemas, seja na água, seja no saneamento, seja na questão dos lixos e quando se fala em sustentabilidade, temos que associar todos os encargos ao sistema e falamos nos encargos de exploração, os custos de exploração, onde temos que associar os custos de pessoal, onde temos que associar os custos com energia, onde temos que associar os custos com combustíveis e por aí fora. E, portanto, tudo isto soma e há de dar os custos exploração e, portanto, é assim que é feita a análise por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da ERSAR sobre o aumento de tarifário que eles acham que nós devíamos fazer. -----

----- Mas se porventura na água nós até estamos, enfim, razoavelmente, o mesmo não acontece com a parte do saneamento. Porquê? Porque fizemos grandes investimentos na parte do saneamento, há investimentos que não estão ainda amortizados e, portanto, tudo isto se reflete nas contas e, portanto, aí o défice é ainda superior. -----

----- E depois vamos a parte dos lixos em que se à data em que nós propusemos, já tínhamos o incremento dos lixos, eu vou-vos dizer que se calhar já estamos desatualizados porquê? Porque aquilo que estão hoje em cima da Mesa e já hoje é um incremento substancial naquilo que é a tarifa regulada, ou seja, nós tivemos de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, um incremento de mais de cinquenta por cento, ou seja, pagávamos vinte e dois vírgula qualquer coisa a tonelada, passamos a pagar quarenta e quatro cinquenta e quatro, aquilo que já está previsto e que se fala para dois mil e vinte e três é sessenta e sete vírgula cinquenta e cinco, ou seja, vai haver aqui já um diferencial de mais duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos euros. Mas para dois mil e vinte e quatro o aumento será de setenta e cinco ponto trinta e sete, ou seja, a tonelada não é, ou seja, em dois anos temos um incremento de mais de quatrocentos mil euros e o que é que nós temos, nós conseguimos ir recuperar isto nas tarifas que aplicamos aos consumidores. Claro que não, não conseguimos, porque se o fizéssemos, obviamente, há Municípios que já o estão a fazer, mas foram apanhados de surpresa com esta situação, por exemplo, da Região de Aveiro há para aí três municípios que estão perto disto e o pessoal já está mais ou menos habituado. Agora apanharam com uma grande surpresa, com esta nova proposta que, de facto, isto é incomportável, se entramos num período que é difícil para as famílias, com este incremento ainda vai ser muito pior. -----

----- E, portanto, isto para dizer que aprovámos há dias um tarifário, mas provavelmente em janeiro já está desatualizado, porque os valores que até aqui a ERSAR dizia à ERSUC não, vocês não podem aumentar. Não sei porquê? Veja-se lá porque e vocês vejam se descobrem porquê? Num momento para o outro a ERSAR já vem dizer que estão de acordo com este aumento de tarifário, muito acima daquilo que efetivamente a ERSUC pedia, ou seja, a ERSUC tinha proposto um valor e a ERSAR até vem dizer não, não, agora aumentem mais. Pronto e nós temos que pagar para isto tudo. Ou pagar ou suportar, portanto, a tal margem que nós temos de ter para não fazer refletir estes valores nos tarifários e nos consumidores. Portanto, temos que suportar estas situações. Isto para explicar que não é só as margens dos investimentos, mas aqui a margem na prestação de serviços, que nós no dia a dia prestamos junto da população, nomeadamente, nos serviços básicos, como seja a água ou saneamento ou os próprios, os próprios lixos. -----

----- Depois Senhor Deputado Artur Salvador, nós só avançamos com as obras, os processos de concurso das obras, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, se tivermos o contrato de financiamento assinado e foi o que aconteceu com esta primeira fase de Ancas. Temos o contrato de financiamento assinado? Muito bem, senão nós não conseguimos chegar lá. Portanto, porque aquilo que se diz, há Municípios que avançaram e ainda não têm acordo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinado, mas nós não fazemos isso. Primeiro assinamos um acordo de financiamento e depois avançamos com as obras, sob pena de também sermos surpreendidos e, portanto, temos que ter algum cuidado na gestão que fazemos, mas não foi o Senhor Ministro, não é Primeiro-ministro, o Senhor Ministro da Habitação e das Infraestruturas que assinou a estratégia foi, enfim, a Senhora do IRHU que tem a responsabilidade, portanto, ele não assino, provavelmente, homologou. Mas com os devidos cuidados, portanto, avançamos se houver o acordo assinado, nem que não venha para o ano nem daqui a dois anos, mas algum dia há de vir, porque há ali um compromisso, OK. Há um acordo que está assinado, portanto, e assim vamos seguindo em frente. E é tudo Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, não havendo mais inscrições, passaremos então à votação destes o segundo ponto do período da ordem do dia e que se refere à apresentação que foi feita a discussão acesa e frutífera e agora à votação da proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de vinte e três. Vamos passar então, estão vinte sete Deputados presentes na sala, vamos passar à votação, quem vota a favor: primeira fila, quem vota a favor segunda fila, quem vota a favor terceira fila, quem vota a favor quarta fila, Mesa. Quem se abstém. Primeira fila, quem se abstém segunda fila, terceira fila, quarta fila. quem vota contra primeira fila, Quem vota contra segunda fila, quem vota contra terceira fila, quem vota contra quarta fila e, portanto, e num universo de vinte e sete votantes e no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves, Artur Domingues Pires Salvador e Nuno Miguel Martins dos Santos e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do + PNT, seis votos contra, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte e Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e uma abstenção, do Deputado Municipal Henrique Manuel Lameirinhos de Almeida Rodrigues do Grupo Municipal do PPD/PSD, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participaram na votação os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD: Mário Augusto Carreira Heleno, João José Rodrigues Gaspar, Bárbara Dias Martins e César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssima Senhora Presidente de Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos através de vossas excelências extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

remotamente. Aquando da apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de vinte e dois, referimos a incerteza em que o mesmo estava a ser construído. Estábamos a sair de dois anos de pandemia, a inflação estava a subir, os preços das matérias-primas estavam a subir, bem como o preço da energia dos combustíveis. Falava-se de um decréscimo, de um crescimento económico na ordem dos cinco por cento e o valor da inflação não seria superior a dois por cento e ainda iríamos receber novas competências por força do processo de descentralização sem a necessária correspondência financeira. No entanto, logo nos primeiros meses do ano, a instabilidade internacional e macroeconómica com a origem que todos conhecemos, veio a alterar todas as projeções e findo que está o ano de dois mil e vinte e dois temos um valor da inflação histórico, que rondará os oito vírgula oito por cento, o mais alto dos últimos trinta anos. As previsões de crescimento para dois mil e vinte e três não vão além de um vírgula cinco por cento e a inflação em dois mil e vinte e três, ficará acima dos cinco vírgula cinco por cento. Temos um agravamento abrupto das taxas de juro, uma completa desregulação dos custos das matérias-primas, da energia, de combustíveis e que, por conseguinte, destabilizam os mercados e condiciona os investimentos. Há, no entanto, uma certeza que já temos é que, efetivamente, o pacote financeiro que acompanha o processo de descentralização não é suficiente face às despesas associadas. No entanto, e apesar de todo este contexto, das dificuldades por ele impostas, soube o Executivo, de forma responsável, com uma gestão rigorosa e de bom senso, adaptar as suas políticas à realidade do momento, sem com isto se tenha desviado aquilo que foi o rumo que traçou para o mandato vinte e um a vinte cinco. É neste quadro macroeconómico que compete à maioria do Movimento Independente Anadia Primeiro apresentar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três. Uma proposta de Orçamento que se traduz num valor de investimento superior a trinta e um milhões de euros, valor assente nas receitas municipais correntes e de capital, onde se inclui, para além dos valores previsionais a arrecadar relativamente aos impostos e às transferências da administração Central, os valores já contratados no âmbito dos diversos fundos comunitários. De referir ainda que, relativamente aos impostos a arrecadar, foi decidido manter os mesmos valores mínimos. O IMI com a taxa mínima possível, o IRS com uma redução de dois por cento face ao valor poderia ser cobrado e a Derrama com uma taxa de zero vírgula cinco por cento, em detrimento de um vírgula cinco por cento possíveis. Reduções estas que representam cerca de dois vírgula quatro milhões de euros que deixam de ser arrecadados pelo Município. Analisadas as GOP para dois mil e vinte e três, verifica-se que as funções sociais representam cinquenta e dois vírgula quatro por cento, ascendendo a oito vírgula seis milhões de euros. E aqui salientamos educação e serviços de ensino, a conclusão das obras de requalificação da Escola da Moita, obras de beneficiação dos Jardins de Infância da Poutena e Tamengos, o início da intervenção e requalificação da EB dois três de Vilarinho do Bairro e uma dotação significativa para refeições escolares, como consequência do processo de descentralização. Na saúde, a conclusão da requalificação do Centro de Saúde de Anadia, obras de requalificação ao nível de climatização nas Extensões de Saúde São Lourenço do Bairro



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vilarinho do Bairro, bem como a conclusão do projeto de requalificação do Centro de Saúde Sangalhos e a sua preparação para uma candidatura ao PT 2030. Na ação social, o incremento de cerca de dez por cento e que visou o apoio às nossas IPSS nas respostas sociais que prestam, bem como em investimentos que se julguem necessários e também os apoios aos mais carenciados. Lembrar que esta é uma competência que terá de ser assumida em dois mil e vinte e três e em que, com toda a certeza, as verbas transferidas ficaram aquém das necessidades para a sua implementação. Na habitação, a construção de dezasseis fogos numa primeira fase na Quinta do Rangel, em Ancas. No abastecimento de água, a continuação das intervenções de remodelação da rede de águas em diversas Freguesias do Concelho. Proteção do meio ambiente e conservação da natureza, conclusão da obra de requalificação ambiental e paisagística do Monte Crasto e a ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais. No desporto, o reforço da dotação com fim de apoiar as diversas associações do Concelho a desenvolverem as suas atividades, bem como apoiar alguns dos seus investimentos e ainda a requalificação de infraestruturas desportivas e renovação de equipamentos. Relativamente às funções económicas, estas representa vinte seis vírgula cinco por cento do investimento e aqui gostaríamos de realçar que apesar de todo o quadro macroeconómico já referido e do risco de recessão, a aposta com forte investimento nas zonas industriais do Concelho, nomeadamente nas zonas industriais de Amoreira da Gândara e do Vale de Salgueiro, demonstram o grande querer do Executivo em criar infraestruturas capazes e de qualidade, que consigam captar investimento privado e com isso potenciar o seu crescimento económico e ajudando a fixar mais população no nosso território. De referir ainda o reforço da dotação das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, traduzindo-se em mais apoios para a sua atividade corrente e para a realização de investimentos que pretendam efetuar. Temos, pois, um documento claro, equilibrado e coerente, um documento que tenta não deixar ninguém para trás. Um documento que visa o desenvolvimento económico social do Concelho, um documento que vai de encontro à estratégia apresentada aos eleitores para o mandato vinte e um a vinte cinco e que saiu claramente vencedor. Um documento consolida uma governação do Concelho já com nove anos e que tem enfrentado com a resiliência, todos os desafios que têm surgido e que apresenta uma visão clara do futuro. Assim, o voto, da bancada do Movimento Independente Anadia Primeiro não poderia ser outro que não o voto favorável. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa. --

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Então vou ler a declaração de voto do grupo Municipal do Partido Socialista relativamente ao Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e três. O orçamento proposto pelo Executivo Municipal de Anadia para apreciação e votação nesta assembleia apresenta um aumento da receita e da despesa também significativo, passando o valor dos vinte e quatro milhões e catorze mil euros em dois mil e vinte e dois, para trinta e um mil oitocentos e sessenta e um, ou melhor, trinta e um milhões oitocentos e sessenta e um mil



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e setecentos em dois mil e vinte e três, o que consubstancia um acréscimo de cerca de trinta e dois vírgula seis por cento, fruto do aumento de refeitas e, obviamente, também de despesas que vai implicar em parte decorrente da transferência de competências e responsabilidades que passarão para as autarquias em dois mil e vinte e três e, portanto, também para a de Anadia. Em dez do onze de dois mil e vinte e dois foi cumprida a formalidade de ouvir os partidos e movimentos com assento nesta assembleia, ao abrigo do direito de oposição, não sendo claro, porém, o efeito prático dessa audição nas medidas concretizadas nos documentos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três. Na análise a que procedemos ressaltam alguns aspectos positivos que registamos, designadamente, a continuação do investimento na beneficiação das infraestruturas de saúde, como Centro de Saúde de Anadia, com uma verba de alguma dimensão, nas unidades de saúde de Sangalhos, Vilarinho do Bairro e de São Lourenço, embora nestes três casos os valores previstos, apontem para intervenções de pequena dimensão e impacto. Depois, as verbas atribuídas às Freguesias e uniões de Freguesia para financiar o seu trabalho de proximidade e que gostaríamos ainda fossem mais reforçadas. Por outro lado, o reforço que também reputamos de insuficiente para a dimensão do problema existente, do investimento destinado à remodelação das redes de águas em dois mil e vinte e três, consequente, pensamos nós, da situação de alarme provocada pela crise vivida no Verão de dois mil e vinte e dois em que foi distribuída água imprópria para consumo humano nalgumas zonas do Concelho. Por estranho que possa parecer este sinal positivo de investimento na beneficiação da rede de água, é acompanhado de uma diminuição significativa das verbas previstas nos GOP para os anos seguintes nessa rubrica, como se o problema pudesse ficar resolvido num só ano. É óbvio que não será. Também consideramos positiva a participação da Câmara Municipal de Anadia na construção da rotunda no IC dois no Peneireiro, onde há dias, infelizmente, se perdeu mais uma vida. Como opções que nos parecem mais questionáveis, referiremos: embora a dotação de quinhentos mil euros para a Estratégia Local de Habitação se apresente como algo de positivo, tratando-se de um projeto social destinada a famílias carenciadas, não resolve as dificuldades de aquisição ou arrendamento de habitação para outros segmentos da população que se pretenda fixar neste Município. A empreitada de adaptação da antiga Escola Secundária de Anadia para de futuro ser utilizada para alojamento de estudantes das universidades de Coimbra e Aveiro, segundo protocolo assinado pela Câmara Municipal, deixa dúvidas, deixa dúvidas sobre a sua mais valia para os Anadienses ou para a fixação de novos habitantes no Concelho. Parecem-nos irritórias as verbas previstas para diversas atividades, como as destinadas apenas a título de exemplo, ecovias dez mil euros, eficiência energética quinze mil euros. Mais inexplicável se apresenta a ausência de apoios, previstos nalguns anos anteriores, para o comércio local ou a sua manutenção, sem o reforço significativo em dois mil e vinte e três, atendendo à inflação, noutras áreas como o apoio às associações culturais, de apoio social, desportivas humanitárias ou prosseguindo outros objetivos igualmente meritórios que sem estes apoios dificilmente se conseguem cumprir os seus objetivos. As necessidades são múltiplas e qualquer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento se pode comparar a uma manta que ao cobrir a cabeça destapa os pés ou as mãos. O Executivo Municipal, o Executivo Municipal representa a maioria nesta assembleia e que, no seu legítimo direito, põe em prática as suas políticas e opções programáticas. As nossas Partido Socialista de Anadia seriam naturalmente diferentes, mais alinhadas com o que pensamos serem os interesses dos habitantes deste Concelho. Por este conjunto de razões e não estando em causa a aprovação deste orçamento, o Grupo Municipal do Partido Socialista nesta assembleia votou contra este orçamento para o exercício de dois mil e vinte e três. Muito obrigado pela atenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais informo que também deu entrada na Mesa a declaração de voto do PCP que ficará apensa à ata. Vamos então agora analisar o **ponto três Apresentação, discussão e votação da proposta do Presidente da Assembleia Municipal de ratificação da deliberação tomada na sessão ordinária no passado vinte e nove de setembro** e em que autorizava a contratação do empréstimo. Contudo, notou-se uma desconformidade entre a redação e a aprovação e a votação, onde foram perfeitamente analisados os tópicos, todos os tópicos e que também já foi explicado na Comissão Permanente, em que eu vou apresentar a proposta, essa proposta que vai obstar aos entraves do Tribunal de Contas relativamente à sua redação. -----

----- Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Anadia na sua reunião ordinária de sete de julho de dois mil e vinte e dois, que aprovou a proposta da Senhora Presidente da Câmara que teve como objetivo a obtenção de autorização e aprovação da abertura de um procedimento com vista à contratação do empréstimo de médio e longo prazo, vinte anos com carência de vinte e quatro meses até ao valor máximo de cinco milhões de euros que permita a realização de investimentos no Concelho de Anadia, a seguir discriminados: área de intervenção, indústria, energia, ampliação da zona industrial de Amoreira da Gândara e construção da zona industrial de Vale Salgueiro. Área de intervenção rede viária: requalificação da Rua do Vale de Santo e construção do arruamento de ligação entre a Rua do Montouro e a Rua das Sobreiras. -----

----- Considerando que da referida proposta constava ainda que por aplicação do número dois do artigo quinquagésimo primeiro da mesma lei, se no empréstimo fossem considerados investimentos que representem mais de dez por cento, o valor das despesas totais com investimento previstas, deve à Assembleia Municipal, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, barra, investimentos, discutir e autorizar previamente a realização destes investimentos e, consequentemente, a realização do empréstimo em apreço, sob proposta da Câmara, quando conjugado com a alínea f) do número um do artigo vigésimo quinto da lei setenta e cinco, dois mil e treze, de doze Setembro, o que se aplica aos investimentos em questão, pelo que os mesmos deverão ser discutidos na Assembleia Municipal em ponto prévio à adjudicação do empréstimo que os financia. -----

----- Considerando que na mencionada reunião do Executivo Municipal, foi também deliberado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autorizar a abertura de um procedimento tendente à contratação do aludido empréstimo. -----

----- Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada a três de setembro do ano em curso, que após o término do procedimento desenvolvido, aprovou a proposta da Senhora Presidente da Câmara no sentido submeter à Assembleia Municipal a aprovação da contratação do empréstimo em causa, nos termos conjugados da alínea f) do número um e do número quatro, ambos do artigo vigésimo quinto do anexo primeiro à lei número setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro na sua redação atualizada, com o número cinco do artigo quadragésimo nono e o número dois do artigo quinquagésimo primeiro da lei setenta e três, de dois mil e treze de setembro na atual redação. -----

----- Considerando a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada a vinte e nove de setembro do corrente ano, que aprovou a proposta do Executivo Municipal atrás referida, no sentido de autorizar a contratação do empréstimo a médio longo prazos. -----

----- Considerando que pese embora tenham sido aprovados pela Assembleia Municipal os investimentos constantes da proposta do Executivo Municipal, tomada na sua reunião realizada no pretérito sete de julho do ano em curso, certamente por lapso, tal decisão num consta do texto da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de vinte e nove de setembro referida no considerando anterior e considerando que no âmbito do procedimento de fiscalização prévia que corre termos no Tribunal de Contas, tendente à obtenção do respetivo visto prévio no contrato de empréstimo, entretanto celebrado entre o Município de Anadia e a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Bairrada e Aguiar, CRL, veio aquela entidade questionar o Município de Anadia sob a aprovação pela Assembleia Municipal dos investimentos a financiar pelo empréstimo contratado, em cumprimento do disposto número dois do artigo quinquagésimo primeiro da lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro, na atual redação. -----

----- Considerando a questão colocada pelo Tribunal de Contas atrás referida e após uma atenta leitura da deliberação tomada pela Assembleia Municipal, constatou-se que o teor de tal ato não reflete o que efetivamente se decidiu na tal sessão, ou seja, não consta da deliberação a aprovação dos investimentos a financiar pelo empréstimo em apreço. -----

----- Considerando que o artigo centésimo septuagésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo decreto-lei quatro barra dois mil e quinze, de sete de janeiro, na sua redação atual, regula a ratificação dos atos administrativos prevê: um: os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo quando manifestos podem ser retificados a todo o tempo pelos órgãos competentes para a revogação do ato; dois: a retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, produz efeitos retroativos e deve ser feita sobre a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado. proponho, nos termos do artigo centésimo septuagésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo decreto-lei número quatro dois mil e quinze, de sete de janeiro, na sua redação atual, a ratificação oficial da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sessão de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, considerando o manifesto erro material na expressão da vontade deste órgão deliberativo constatado no teor daquela deliberação, em virtude de na mesmo não constar a aprovação dos investimentos suprarreferidos e abaixo novamente identificados e que representam mais de dez por cento no valor das despesas totais no investimento previstas, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades barra investimentos em conformidade com o estipulado no número dois do artigo quinquagésimo primeiro da lei setenta e três dois mil e treze, de três de setembro: ampliação da zona industrial de Amoreira da Gândara, construção da zona industrial do Vale Salgueiro, requalificação da Rua do Vale de Santo, construção do arruamento de ligação entre a Rua do Montouro e a Rua das Sobreiras. -----

----- Esta é a proposta de forma a colmatar o tal lapso. Muito obrigado. -----

----- Direi também que quando ouve reconhecimento deste lapso demos conta na Comissão Permanente deste lapso e que iríamos apresentar uma proposta tendente à sua ratificação, portanto, não sei se alguém que quer intervir? Não havendo ponho à votação, quem vota a favor desta retificação. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e, portanto, e num universo de vinte e nove votantes a Assembleia Municipal de Anadia, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (na sua redação atual), deliberou, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Mesa de retificação, oficiosa, da deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sessão de 29 de setembro de 2022, considerado o manifesto erro material na expressão da vontade deste Órgão Deliberativo, constatado no teor daquela deliberação, passando a constar da mesma a aprovação dos investimentos abaixo identificados, que representam mais de dez por cento (10%) do valor das despesas totais com investimento previstas, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades/investimentos, em conformidade com o estipulado no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro: -----

- Ampliação da Zona Industrial de Amoreira da Gândara; -----
- Construção da Zona Industrial de Vale Salgueiro; -----
- Requalificação da Rua do Vale Santo e -----
- Construção de arruamento de ligação entre a Rua do Montouro e a Rua das Sobreiras. -----

----- Não participaram na votação os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD: Mário Augusto Carreira Heleno e César Henrique de Seabra Rangel e Andrade. -----

----- Antes de passar ao período de intervenção do público, temos aqui uma proposta, uma proposta que propõe a aprovação em minuta a fim de produzir efeitos imediatos nos termos que dispõe o número quatro do artigo quinquagésimo terceiro do RAMA dos pontos dois e três do período da ordem do dia. Quem vota a favor desta proposta. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Mário Augusto Carreira Heleno e César Henrique de Seabra Rangel e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e o Senhor Deputado Marcelino Rasga Ferreira, do Grupo Municipal do PS. -----

----- E agora sim passaremos ao **Período de Intervenção do Público**, que me parece que não há inscrições para tal, então resta-me agradecer-vos o calor e o entusiasmo da discussão, resta agradecermos também os esclarecimentos que nós daqui todos levamos, relativamente ao documento que estava em apreço, resta-me desejar-vos a todos uma entrada, eu não quero ferir suscetibilidades dizer com o pé direito, porque senão depois podiam dizer que eu já estava aqui influenciar alguém e teria que fazer uma declaração de voto e, portanto, meus caros amigos até daqui a bocadinho, vamos todos jantar em comunhão de ideais, principalmente para Anadia. Muito obrigado a todos. -----

----- Declaro, portanto, encerrada a sessão, são dezoito horas e quarenta e oito minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -